



 **inPEV**

Relatório de
Sustentabilidade
2012



INSTITUTO NACIONAL DE PROCESSAMENTO DE EMBALAGENS VAZIAS

Relatório de Sustentabilidade 2012

Sobre a capa:

José Vanderlei Alvez Júnior, 21,
operador da central de recebimento
de Rondonópolis (MT)

Sobrinho de produtores rurais,
Vanderlei, que trabalha na unidade
desde abril de 2013, acredita na
importância do Sistema Campo
Limpo: “Em vez de deixar as
embalagens no meio ambiente
ou queimá-las, o meu trabalho
possibilita a sua reciclagem”.



- 06** Apresentação
- 08** Mensagem do presidente
- 10** Perfil
- 20** Governança corporativa
- 26** Estratégia e perspectivas
- 38** Desempenho social
- 58** Desempenho ambiental
- 64** Desempenho econômico
- 67** Sobre o relatório
- 69** Índice Remissivo GRI
- 74** Anexo – Demonstrativos financeiros

Apresentação

Evolução continuada

O RELATO CONSTITUI
UMA FONTE ATUALIZADA
DE CONSULTA SOBRE A
DESTINAÇÃO AMBIENTALMENTE
CORRETA DAS EMBALAGENS
VAZIAS DE DEFENSIVOS
AGRÍCOLAS NO BRASIL.

O Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias (inpEV) apresenta, neste terceiro relatório de sustentabilidade, o desempenho econômico, social e ambiental de suas atividades no ano-calendário 2012 (1º de janeiro a 31 de dezembro de 2012). A publicação reporta um conjunto de indicadores de desempenho, apurado com base nas diretrizes e submetido à verificação da Global Reporting Initiative (GRI), modelo de relato adotado mundialmente por empresas dos setores público e privado, além de órgãos de governo (*leia mais no capítulo Sobre o relatório*). <2.1, 3.1 e 3.9>

A iniciativa dá continuidade ao processo de prestação de contas aos principais públicos de relacionamento: agricultores, canais de distribuição e cooperativas, funcionários das unidades de recebimento do Sistema Campo Limpo, empresas e entidades associadas, parceiros institucionais, fornecedores, órgãos de imprensa, poder público em todas as esferas e sociedade em geral. <3.5>

Os dados econômico-financeiros foram integralmente apurados segundo critérios definidos pelas normas brasileiras de contabilidade, com verificação de auditoria externa e independente. Já as informações socioambientais, abrangendo tanto as atividades administrativas da sede do instituto quanto as ações desenvolvidas no âmbito do Sistema Campo Limpo, foram consolidadas internamente, sem passar pela validação de auditores externos. O trabalho exigiu a participação e o envolvimento direto de todas as áreas do inpEV. <3.13>

Assim, este novo relato constitui uma fonte de consulta atualizada sobre o sistema de destinação final de embalagens pós-consumo de defensivos agrícolas no Brasil, considerado referência internacional pelos resultados obtidos desde 2002, ano em que o Sistema Campo Limpo começou a operar. Os dados também possibilitam aos leitores o entendimento da logística reversa desses produtos – ou seja, a gestão integrada do Sistema Campo Limpo –, além de novas oportunidades de negócio e iniciativas lideradas pelo inpEV.

O Relatório de Sustentabilidade de 2012 demonstra a evolução continuada das diferentes ações organizadas ou coordenadas pelo inpEV, seja na esfera econômica, social ou ambiental, nas diferentes regiões em que o instituto atua, por todo o país.

A todos, uma boa leitura!

> Francinilson Martins, 26, prepara um fardo de embalagens vazias de defensivos agrícolas na central de Rondonópolis (MT). Depois de terem passado pela tríplice lavagem nas propriedades rurais, elas seguirão para um dos recicladores parceiros do Sistema Campo Limpo.



O desafio de superar metas

<1.1 e 1.2>

Com o engajamento dos agricultores e do sistema de comercialização (distribuidores e cooperativas) e o gerenciamento das unidades de recebimento, o inpEV tem conseguido elevar o volume de embalagens pós-consumo recolhidas em todo o país.

Em 2012, quando o Sistema Campo Limpo completou uma década de operações – período no qual foram destinadas mais de 240 mil toneladas de embalagens de defensivos agrícolas –, o inpEV, integrado por 97 empresas associadas (oito a mais do que em 2011) e dez entidades do setor, viveu um período de aprimoramento de processos, de melhoria da gestão e de fortalecimento de sua atuação em todo o país.

Do mesmo modo que ocorreu em períodos anteriores, os indicadores apontam o crescimento da quantidade de embalagens retiradas do campo pelo sistema – mantido pela gestão integrada de uma rede nacional composta por 414 unidades de recebimento, entre postos e centrais, presentes em 25 estados e no Distrito Federal, associada à responsabilidade compartilhada entre agricultores, canais de distribuição, cooperativas, fabricantes e poder público.

A destinação final de embalagens atingiu 37.379 toneladas em 2012, resultado 9,3% superior às 34.202 toneladas contabilizadas em 2011, superando a expectativa traçada inicialmente para o período, de 36 mil toneladas, revista em julho de 2012. No período de janeiro a dezembro, destacou-se a elevação nos índices de retirada nos estados de Alagoas (+ 395,4%), Pará (+ 132,3%) e Rio Grande do Norte (+ 95,6%), reflexo da expansão da atividade agrícola nas regiões Norte e Nordeste.

Por meio do engajamento de agricultores e do sistema de comercialização (distribuidores e cooperativas), aliado aos avanços no gerenciamento das unidades de recebimento, retirada dessas embalagens das unidades e envio para o destino final, o inpEV tem sido capaz, ano após ano, de assimilar o crescimento sucessivo dos volumes de embalagens entregues pelos agricultores em todo o Brasil.

Diante desse cenário, renovam-se os desafios futuros do inpEV. A tendência de crescimento da demanda in-

terna e externa por alimentos tem sido acompanhada pelo aumento da produtividade nas lavouras. Por sua vez, os produtores rurais têm investido mais recursos na utilização de novas tecnologias no campo, como os defensivos agrícolas para prevenir doenças e combater pragas e plantas daninhas. O desenvolvimento do agronegócio coincide com um dos principais objetivos do inPEV: contribuir para a sustentabilidade da agricultura por meio da destinação correta das embalagens pós-consumo de defensivos agrícolas.

Assim, acompanhamos a tendência de expansão da fronteira agrícola, a exemplo das novas áreas produtoras em Maranhão, Piauí, Tocantins e na região oeste da Bahia, e de incremento da devolução às unidades de recebimento, prática que os agricultores, em sua maioria, já incorporaram ao planejamento de suas atividades.

Melhorar a malha de recebimento do Sistema Campo Limpo, principalmente nas regiões de expansão agrícola, constitui uma das estratégias mais importantes para atendermos à evolução do mercado de defensivos agrícolas. Ao longo de 2012, algumas ações se destacaram, tais como o desenvolvimento do sistema de agendamento *online* para a devolução de embalagens, um novo procedimento que deverá entrar em vigor em 2013, permitindo melhorar a organização por parte do agricultor e também um controle mais aprimorado de toda a operação logística do sistema.

No relacionamento com autoridades e representantes de governo, o inPEV deu continuidade à participação em discussões sobre a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), que determina a responsabilidade da gestão de resíduos pós-consumo a todos os setores produtivos, com atenção especial ao debate sobre a necessidade de incentivos fiscais que possam ser aplicados ao Sistema Campo Limpo. De fato, essa é uma das conquistas pendentes, assim como a elevação dos índices de devolução de embalagens em algumas regiões do país onde há potencial para alcançar resultados ainda mais expressivos.

No âmbito das campanhas de educação e conscientização, o Programa de Educação Ambiental Campo Limpo, que, em 2012, aconteceu em 147 municípios de todo país, levou conhecimento a 81.204 estudantes do 4º e do 5º anos do Ensino Fundamental de 1.058 escolas, estimulando a participação de 39.757 alunos no concurso de desenho e de 36.165 no concurso de redação. A 8ª edição do Dia Nacional do Campo Lim-

po reuniu pessoas de centenas de municípios, com ações de conscientização pela conservação do meio ambiente organizadas por 97 centrais de recebimento, em 21 estados. Além disso, foi veiculado, em parceria com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, o novo vídeo da campanha nacional educativa sobre a lavagem e a devolução de embalagens vazias, intitulada Orgulho da Nação, estrelada pelo personagem Olímpio e pela dupla sertaneja Victor e Leo.

A preocupação com o aspecto segurança, tanto de quem atua no escritório e nas unidades de recebimento gerenciadas diretamente pelo inPEV (Rondonópolis-MT e Taubaté-SP) quanto daqueles que trabalham nas demais unidades do sistema, também merece destaque. Estabelecemos meios para aferir as medidas que visam minimizar os riscos inerentes à atividade desenvolvida na rede de recebimento, fortalecendo esse valor institucional. Para os funcionários alocados na sede administrativa do instituto, por exemplo, desenvolvemos um programa de segurança e bem-estar, o ProSeg Bem, no âmbito do qual, dentre outras atividades, podemos destacar a liderança na criação de uma brigada de incêndio no edifício onde estamos instalados.

Um dos principais desafios previsto no planejamento estratégico do inPEV consiste na busca da autosuficiência econômica do sistema por meio de dois *drivers*: o aumento de receita pela agregação de valor e a redução de custos por meio da adoção de modelos eficientes, que aumentem a produtividade e o recebimento das embalagens. Com um índice atual de em torno de 20% dos custos do sistema cobertos pela receita gerada, temos o desafio de gerar recursos que nos permitam alcançar um patamar entre 40% e 50% em até três anos. O coprocessamento para a destinação final, em processo de validação, representa uma alternativa possível, que poderá trazer mais economia para o sistema e contribuir para que esse objetivo estratégico se torne realidade. <1.2>

Todas as iniciativas reportadas neste relatório favorecem, em seu conjunto, as nossas perspectivas de um desempenho ainda mais positivo, que nos permita vislumbrar um futuro marcado, como ocorreu em 2012, pela superação de metas.

João Cesar M. Rando
Diretor-presidente



Perfil

Responsabilidade compartilhada

Com sede na cidade de São Paulo, o inpEV é uma entidade sem fins lucrativos, criada pela indústria fabricante de defensivos agrícolas para a gestão pós-consumo das embalagens vazias de seus produtos, segundo os requisitos da Lei Federal nº 9.974/2000 e do Decreto Federal nº 4.074/2002, que disciplinam a responsabilidade compartilhada pela destinação desse tipo de resíduo entre os agricultores, os canais de distribuição e a indústria, com o apoio e a fiscalização do poder público. <2.1, 2.2, 2.4 e 2.6>





Trajatória reconhecida

Para saber mais sobre a história do inpEV e do Sistema Campo Limpo, acesse o [site](http://www.memoriainpev.org.br): <www.memoriainpev.org.br>.

414

unidades de recebimento

25

estados e o Distrito Federal (DF)

146 mil m²

área construída

884 mil m²

terreno

Histórico

Conquistas e novos desafios

Na década de 1990, a indústria fabricante de defensivos agrícolas já iniciava uma discussão sobre o destino das embalagens vazias de defensivos agrícolas. Em 1992, a Associação Nacional de Defesa Vegetal (Andef) propôs a formação de um grupo para estudar e entender o fluxo das embalagens vazias pós-consumo, além de estabelecer parâmetros concretos para um projeto de alcance nacional. Um programa-piloto foi iniciado em 1994, com a inauguração da central de recebimento de embalagens vazias de Guariba (SP).

Com responsabilidades compartilhadas na cadeia de valor, a correta destinação das embalagens vazias de defensivos agrícolas.

A experiência obtida com o projeto-piloto ajudou a elaborar uma legislação específica, a Lei Federal nº 9.974, promulgada em junho de 2000, que alterou a 7.802/89 e definiu as questões ligadas ao destino das embalagens vazias de defensivos agrícolas, distribuindo responsabilidades pela cadeia produtiva agrícola ao estabelecer os papéis de agricultores, de fabricantes, de comerciantes e também do poder público.

Para que esse sistema se tornasse viável, no entanto, ficava cada vez mais evidente a necessidade de criar uma entidade específica que integrasse os agentes, coordenasse todas as atividades para a destinação das embalagens vazias e promovesse ações de conscientização e educação em conjunto com os demais atores envolvidos.

Fundado em 14 de dezembro de 2001, o inpEV iniciou suas atividades em março de 2002, com sete entidades representantes do setor e um grupo de 27 empresas associadas. No primeiro ano de atuação, destinou um total de 3.700 toneladas de embalagens vazias, iniciando uma trajetória de crescimento contínuo dos volumes de resíduos plásticos recolhidos no Brasil. <2.3 e 2.5>

Ao final de 2012, a destinação atingiu 37.379 toneladas, somando 240.233 toneladas ao longo da sua primeira década de funcionamento. No mesmo período, as adesões ao inpEV aumentaram para 97 empresas associadas e dez entidades setoriais.



O SISTEMA CAMPO LIMPO TEM A PARTICIPAÇÃO DE DIFERENTES ATORES, QUE ATUAM DE MANEIRA INTEGRADA EM TODO O PAÍS, COM O APOIO DE CAMPANHAS EDUCACIONAIS E DE CONSCIENTIZAÇÃO.

Atuação integrada

Responsável pelo gerenciamento da destinação final de embalagens vazias de defensivos agrícolas no Brasil, representando a indústria fabricante e/ou de registro desses produtos, o inpEV coordena o Sistema Campo Limpo, formado por uma rede nacional de 414 unidades de recebimento (302 postos e 112 centrais), distribuída por 25 estados e Distrito Federal (DF), gerenciada por mais de 260 associações de distribuidores e cooperativas, a maioria em regime de cogestão com o inpEV. <2.3, 2.5 e 2.7>

Concebida sob um modelo de responsabilidades compartilhadas pela Lei nº 9.974/00, a cadeia integrada do Sistema Campo Limpo funciona por meio da participação de diferentes atores, que atuam desde na produção e na venda de defensivos agrícolas (distribuidores/revendas), no uso e na devolução das embalagens vazias dos produtos pelos agricultores às centrais de recebimento (fixas ou itinerantes) e postos de coleta, até na destinação ambientalmente correta, ou seja, reciclagem ou incineração. O trabalho é apoiado, ainda, por campanhas de educação e conscientização promovidas pelo instituto, com a participação do poder público (ver infográfico às págs. 28 e 29).

Marcas e patentes

O inpEV possui ativos intangíveis, incluindo 19 marcas – algumas em fase de conclusão. Entre elas, há o Triturador Inteligente InpEV (Tri), o seu logotipo, a marca Campo Limpo e a embalagem Ecoplástica Triex®, desenvolvida pela Campo Limpo Reciclagem e Transformação de Plásticos S.A., a primeira no segmento de defensivos agrícolas, produzida com resina reciclada obtida das próprias embalagens destinadas pelo sistema.

Também são consideradas ativos intangíveis as solicitações de patente de equipamentos para evaporação de água em procedimentos industriais e de processo de produção de embalagens plásticas a partir de material reciclado.



Destinação em seis etapas

Passo a passo do descarte ambientalmente correto de embalagens vazias de produtos fitossanitários:

1. Recebimento;
2. Armazenagem nos postos;
3. Transporte dos postos de recebimento às centrais;
4. Armazenagem nas centrais;
5. Transporte das centrais à destinação final;
6. Destinação final para reciclagem ou incineração.

Estrutura

A estrutura operacional do inpEV divide-se em três processos de trabalho, detalhados a seguir. <2.3>

> Processos administrativos

Atividades para a gestão financeira, de tecnologia da informação (TI) e de gestão de pessoas (recursos humanos).

> Processos básicos

Atividades de gestão para a destinação final de embalagens vazias de defensivos agrícolas em todo o país, desde o recebimento até a etapa de incineração.

> Processos de suporte

Iniciativas de orientação e apoio para que os agentes do Sistema Campo Limpo (agricultores, canais de distribuição e fabricantes) cumpram corretamente as normas legais; de educação e conscientização por meio de campanhas públicas de esclarecimento e de orientação sobre as atividades do Sistema Campo Limpo; estudos e desenvolvimento de novos projetos; e suporte ao desenvolvimento tecnológico de embalagens de defensivos agrícolas.

Principais indicadores

<2.8>

Período	2010	2011	2012
ECONÔMICO-FINANCEIROS			
Recursos totais que financiam o programa (inpEV + elos da cadeia) (R\$ mil – acumulado desde 2002)	440	525	607
Receita operacional (R\$ mil) ⁽¹⁾	81,6	84,1	87,7
Contribuições dos associados (R\$ mil)	53,8	52,9	56,5
Taxa de credenciamento (R\$ mil) ⁽²⁾	6,7	7,9	9,0
Arrendamento Campo Limpo (R\$ mil) ⁽³⁾	2,7	3,2	5,0
Patrimônio líquido (R\$ mil)	53,7	66	72
CORPO FUNCIONAL			
Número de colaboradores diretos ⁽⁴⁾	42	47	47
Número de mulheres que trabalham no inpEV	17	20	20
Número de portadores(as) de deficiência ou necessidades especiais	0	0	0
SISTEMA DE DESTINAÇÃO FINAL			
Número de associados do inpEV (empresas e entidades)	91	99	107
Embalagens destinadas (mil t)	31,2	34,2	37,3
Número de unidades de recebimento	421	421	414
Estados com unidades de recebimento	25	25	25
% de embalagens primárias destinadas ⁽⁵⁾	94	94	94

Notas

- (1) Em torno de 65% correspondem ao aporte das associadas.
- (2) Recurso aportado pelos recicladores pela remessa de embalagens e pela cooperação técnica com o inpEV.
- (3) Aluguel pago pela Campo Limpo Reciclagem e Transformação de Plásticos ao inpEV.
- (4) O número de funcionários não inclui profissionais terceirizados (quatro em 2012), estagiários (um em 2012) e menores aprendizes (um em 2012).
- (5) Embalagens que entram em contato direto com o produto (principalmente as plásticas e tampas). Se consideradas todas elas, inclusive as secundárias ou as que não entram em contato com o produto (principalmente papelão), o percentual de destinação é de 80%.

Referência mundial

Criada em 2008, a Campo Limpo Reciclagem e Transformação de Plásticos visa contribuir para a autossuficiência econômica do sistema de logística reversa das embalagens de defensivos agrícolas, fechando o ciclo de gestão compartilhada desses materiais dentro da própria cadeia (integrada) de valor.

A empresa, que representa uma experiência única no mundo por integrar o Sistema Campo Limpo, segue os conceitos de ecoeficiência, tendo sido projetada de forma a não gerar impacto ambiental: mantém uma moderna estação de tratamento de efluentes, reaproveita a água de chuva e faz uso racional da luz solar.



moagem, lavagem
e secagem

preparação
e entrega

O INPEV DEFINIU UM NOVO VALOR – ATITUDE INTEGRADORA – QUE EXPRESSA O PAPEL ARTICULADOR EXERCIDO PELO INSTITUTO ENTRE OS INTEGRANTES DO SISTEMA CAMPO LIMPO.

Valores e princípios

Como consequência do processo evolutivo de sua gestão e também em decorrência da maturidade atingida pelo sistema, o inpEV revisitou seus princípios e valores, consolidando e fundindo alguns deles. Nesse processo de discussão e reflexão sobre suas atividades, um novo valor – atitude integradora – justifica-se pelo papel de articulador que o instituto exerce. A seguir, a nova configuração definida na reunião de planejamento empresarial, realizada em novembro de 2012. <4.8>

- > Atitude integradora
- > Inovação
- > Integridade
- > Responsabilidade socioambiental
- > Segurança

Missão

Contribuir para a preservação do meio ambiente e do Sistema Campo Limpo, por meio da gestão autossustentável da destinação final de embalagens vazias de produtos fitossanitários e da prestação de serviços na área de resíduos sólidos, com envolvimento e integração de todos os elos da cadeia produtiva agrícola. <4.8>

Visão

Ser reconhecido mundialmente como centro de excelência na destinação final de embalagens vazias de produtos fitossanitários e referência na prestação de serviços na área de resíduos sólidos e tornar-se autossustentável no Brasil.

Novos associados em 2012

- > Agro Import do Brasil
- > Alta Brasil
- > Ameribrás Indústria e Comércio
- > Ballagro Agro Tecnologia
- > Funguran Giullini
- > Indústria Química DiPil
- > Morsoletto Santos e Vicente Cano
- > Reccol Comercial Importação e Exportação
- > Sharda do Brasil

Para se associar

Empresas produtoras ou comercializadoras de produtos registrados pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), nos termos da Lei Federal nº 7.802/89, podem se associar ao inpEV. Para mais detalhes, acesse o site <www.inpev.org.br>.

Associados do inpEV

Em 2012, nove empresas associaram-se ao inpEV (Agro Import do Brasil; Alta Brasil; Ameribrás Indústria e Comércio; Ballagro Agro Tecnologia; Funguran Giullini; Indústria Química DiPil; Morsoletto Santos e Vicente Cano; Reccol Comercial Importação e Exportação; e Sharda do Brasil). Uma empresa foi desfilhada (Forquímica), e uma das associadas mudou sua razão social (DVA Brasil tornou-se UPL do Brasil). Dessa forma, no fim do ano passado, 97 empresas compunham o quadro associativo do instituto. <2.3 e 2.9>

Empresas

- Action
- ADM do Brasil Ltda.
- Agecom Produtos de Petróleo Ltda.
- Agrialliance Comércio, Importação e Exportação de Insumos Agropecuários Ltda.
- Agro Import do Brasil Ltda.
- Agrocete Indústria e Comércio de Produtos Agropecuários Ltda.
- Allier Brasil Agro
- Allvet Química Industrial
- Alta – América Latina Tecnologia Agrícola Ltda.
- Ameribrás Indústria e Comércio Ltda.
- Agrovant Comércio de Produtos Agrícolas Ltda.
- Amvac do Brasil Representações Ltda.
- Arysta Lifescience do Brasil Indústria Química e Agropecuária Ltda.
- Atanor do Brasil
- Atar do Brasil
- Atta-Kill Ind. e Com. de Defensivos Agrícolas
- Ballagro Agro Tecnologia Ltda.
- Basf S.A.
- Bayer CropScience Ltda.
- Bernardo Química S.A.
- Biocontrole Farroupilha Ltda.
- Bio Controle Métodos de Controle de Pragas Ltda.
- Biotech Controle Biológico
- Bio Soja Indústrias Químicas e Biológicas Ltda.
- BRA Defensivos Agrícolas Ltda.
- Biocontrol
- CCAB Agro S.A.
- Cheminova Brasil Ltda.
- Chemotécnica do Brasil Ltda.
- Chemtra Comercial
- Chemtura
- Consagro Agroquímica Ltda.
- Cropchem Ltda.
- Cross Link Consultoria e Comércio Ltda.
- Degesch do Brasil Indústria e Comércio Ltda.
- De Sangosse LA Ltda.
- Dinagro Agropecuária Ltda.
- Dow Agrosiences Industrial S.A.
- Du Pont do Brasil S.A.
- DVA Especialidades – Comércio, Importação e Exportação de Insumos Agropecuários Ltda.

- Enro Industrial Ltda.
- Ecco Control Controle Ecológico de Pragas Indústria e Comércio Ltda. EPP
- Evonik Degussa
- Fênix Agro Pecuária Industrial Ltda.
- FMC Química do Brasil Ltda.
- Fersol Indústria e Comércio S.A.
- Funguran Giulini Ltda.
- Helm do Brasil
- Iharabrás S.A. Indústrias Químicas
- Indústria Química Dipil Ltda.
- Inquima Ltda.
- Irrigações Dias Cruz Ltda.
- Isagro Brasil Comércio de Produtos Agroquímicos Ltda.
- Isca Tecnologias
- Itaforte Bioprodutos Ltda.
- Laboratórios Pfizer
- Lanxess Indústria de Produtos Químicos e Plásticos Ltda.
- Luxembourg do Brasil
- Matsuda
- Merck S.A.
- Microquímica – Indústrias Químicas Ltda.
- Microsal Indústria e Comércio Ltda.
- Milenia Agro Ciências S.A.
- Momentive Performance Materials Indústria de Silicones Ltda.
- Monsanto do Brasil Ltda.
- Nitral Urbana Laboratórios Ltda.
- Nortox S.A.
- Nufarm Indústria Química e Farmacêutica S.A.
- Novozymes Bioag Produtos para Agricultura
- Ouro Fino
- Oxiquímica Agrociência Ltda.
- Petrobras Distribuidora S.A.
- Pilarquim Br Comercial Ltda.
- Plato do Brasil
- Poland Química Ltda.
- Prentiss Química Ltda.
- Produtos Químicos São Vicente Ltda.
- Prophyto
- Prtrade Representação Comercial – Importação e Exportação Ltda.
- Reccol Comercial Importação Exportação Ltda.
- Rotam do Brasil Agroquímica
- Rohm and Haas
- Samaritá Indústria e Comércio Ltda.
- Sabero Organics América Ltda.
- Sharda do Brasil Comércio de Produtos Químicos e Agroquímicos Ltda.
- Sinon do Brasil
- Sipcam UPL Brasil S.A.
- Stoller do Brasil Ltda.
- Sumitomo Chemical do Brasil Representações Ltda.
- Syngenta Proteção de Cultivos Ltda.
- Taminco do Brasil Produtos Químicos Ltda.
- Total Lubrificantes do Brasil Ltda.
- Unibrás Agro Química
- Union Agro Ltda.
- United Phosphorus do Brasil Ltda.
- UPL do Brasil
- W. Neudorff Serviços de Agricultura do Brasil Ltda.

Entidades

- **Abag** – Associação Brasileira de Agribusiness
- **Abas** – Associação Brasileira de Aerossóis e Saneantes Domissanitários
- **Aenda** – Associação Brasileira dos Defensivos Genéricos
- **Anda** – Associação Nacional dos Distribuidores de Insumos Agrícolas e Veterinários
- **Andef** – Associação Nacional de Defesa Vegetal
- **Aprosoja** – Associação Brasileira dos Produtores de Soja
- **APPS** – Associação Paulista dos Produtores de Semente e Mudas
- **CNA** – Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil
- **OCB** – Organização das Cooperativas Brasileiras
- **Sindag** – Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Agrícola

Gestão responsável

O modelo de governança do inpEV segue normas estritas de auditoria e de controle, alinhando-se às melhores práticas do mercado. Da mesma forma, a prestação de contas é realizada com base em princípios contábeis fundamentais, de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade, sob a orientação de uma auditoria conduzida por profissionais externos, independentes, com parecer do Conselho Fiscal do instituto. <4.1>

Em 2012, o inpEV manteve o sistema de avaliação do Conselho Diretor (instituído em 2010), desenvolvido com base em indicadores de participação e desempenho, e implementou o novo modelo de Painel de Bordo, criado com o objetivo de permitir um melhor acompanhamento dos principais indicadores de gestão. O novo modelo contempla ferramentas como geração de gráficos e relatórios, mais segurança para acesso aos dados, análise de informações de resultados previstos *versus* realizados e possibilidade de comparação com meses anteriores. <4.9>

O Conselho Diretor avalia os principais indicadores de desempenho do sistema.

Estatuto social

O Estatuto Social do inpEV destaca a gestão do processo de destinação final de embalagens vazias de defensivos agrícolas e afins no Brasil, a prestação de consultoria na área, o desenvolvimento de soluções voltadas ao segmento, a concessão de marca de conformidade e de certificados de adoção de práticas de gestão ambiental e o gerenciamento de processos de destinação de outros setores como finalidades do instituto, com atenção aos princípios da legalidade, impessoalidade e igualdade.

Nesse sentido, a gestão do processo de destinação final de embalagens de defensivos agrícolas representa o apoio e a orientação à indústria, aos canais de distribuição e aos agricultores para que esses integrantes do Sistema Campo Limpo possam cumprir suas responsabilidades previstas na legislação, reciclar e transportar embalagens e promover a educação ambiental.

O NOVO MODELO DE PAINEL DE BORDO PERMITE ACOMPANHAR MELHOR OS PRINCIPAIS INDICADORES DE GESTÃO DO SISTEMA CAMPO LIMPO.



	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Acumulado
Desempenho geral do inpEV	110	107	102	99	103	96	96	88	91	142	145	173	106
Desempenho administrativo-financeiro	112	108	95	93	103	96	100	85	99	101	112	150	107
Custo-quilo sem a área de projetos	119	108	95	88	104	88	101	75	89	101	108	177	107
Custo-quilo total	119	108	95	89	105	89	100	72	91	101	112	177	107
Orçamento total do inpEV	105	109	95	99	101	103	100	94	109	100	116	124	106
Orçamento total do inpEV sem a área de projetos	105	109	95	98	100	102	101	97	108	100	112	124	106
Destinação final	113	101	97	104	111	88	100	81	80	97	97	172	098
Total de embalagens destinadas (de Coex em kg)	110	110	98	113	118	82	102	77	78	98	111	94	099
Total de embalagens destinadas*	117	99	100	91	104	87	99	82	83	101	96	327	101
Total de embalagens recicladas	108	102	96	95	112	93	101	83	82	98	94	106	097
Total de embalagens destinadas (de Pead Mono em kg)	112	95	92	109	109	96	98	84	78	93	85	95	095
Exposição na mídia (número de clippings)	116		98				82			269			116
Peso transportado por caminhão (equivalente a truck em kg)	98	102	99	101	103	104	102	102	103	102	103	102	102

■ superado ■ realizado ■ realizado, ainda que próximo do limite ■ abaixo do estimado

* Em julho de 2012, a meta "Total de embalagens destinadas" foi revisada, passando de 36 mil para 37 mil toneladas.

13 itens

compõem o Painel de Bordo, ferramenta que permite ao inpEV acompanhar mensalmente os principais indicadores de gestão.

Conselho Diretor

O Conselho Diretor é formado por cinco membros representantes dos sócios contribuintes (eleitos em assembleia), com direito a um voto cada, por um representante de cada sócio colaborador (as entidades associadas) e pelo diretor-presidente do instituto. <4.1, 4.3 e 4.4>

Os membros têm como atribuições definir as diretrizes para o cumprimento da missão do instituto e de seus objetivos sociais, bem como da legislação; proteger o patrimônio; zelar pela correta aplicação dos recursos; promover a sinergia entre os elos da cadeia produtiva agrícola; autorizar o inpEV a representar e postular seus objetivos sociais; e aprovar os acordos e convênios firmados pela Presidência do instituto.

O mandato dos integrantes do Conselho Diretor (sócios contribuintes) é de dois anos – nos anos pares, renovam-se três membros e, nos anos ímpares, dois.

O diretor-presidente do inpEV, eleito pelos membros do Conselho Diretor, não pertence ao quadro de empresas e entidades associadas ao instituto.

Conselho Diretor

<4.1 e 4.3>

(sócios contribuintes)*

Basf S.A.	Vinícius Ferreira Carvalho Andrea Veríssimo
Bayer CropScience Ltda.	Peter Ahlgrimm Adriana Ricci
Dow Agrosciences Industrial S.A.	Welles C. Pascoal Everson Medeiros
Du Pont do Brasil S.A.	Marcelo Okamura José Donizeti Vilhena
Syngenta Proteção de Cultivos Ltda.	Leandro Conti Marcos Aurélio Agnes de Oliveira

* Composição em dezembro de 2012, quando foram eleitos novos membros para a gestão 2013.

Comitê Trabalhista

Além de estruturar um Comitê Tributário dedicado à análise de assuntos internos e de políticas que afetem o Sistema Campo Limpo, em 2012 o inpEV organizou um Comitê Trabalhista, cujos membros se reúnem mensalmente para debater questões relacionadas às equipes das unidades de recebimento, bem aos profissionais alocados em sua sede e nas unidades de recebimento diretamente gerenciadas pelo instituto.

Diretoria Executiva

Os membros do Conselho Diretor nomeiam o diretor-presidente do inpEV (não vinculado ao quadro de associados), que, por sua vez, exerce diferentes funções. Entre elas: cumprir disposições estatutárias, assim como as decisões da Assembleia Geral Ordinária (AGO) e do Conselho Diretor; manter a conduta ética e legal do instituto; encaminhar ao Conselho Diretor as propostas de admissão de novos associados; estabelecer acordos e convênios; e interagir com agentes externos ao instituto. <4.1, 4.3, 4.4 e 4.10>

Conselho Fiscal

Constituído por três membros eleitos pela AGO, dentre os associados contribuintes, auxilia e fiscaliza os órgãos dirigentes do inpEV, além de propor medidas que favoreçam o equilíbrio financeiro do instituto. As reuniões ordinárias são realizadas semestralmente, ou extraordinariamente, quando solicitadas por um de seus membros, pelo presidente da Diretoria Executiva ou por qualquer membro do Conselho Diretor. <4.1, 4.3, 4.4 e 4.10>

O mandato dos membros do Conselho Fiscal tem duração de dois anos, sendo permitida uma reeleição consecutiva. As empresas não estão autorizadas a acumular cargos de membro do Conselho Diretor e membro do Conselho Fiscal.

No exercício de 2012, o Conselho Fiscal foi integrado pelas empresas Nufarm Indústria Química e Farmacêutica, Sipacam UPL do Brasil e Sumitomo Chemical do Brasil.

Gestão de contratos e compras

Em 2012, foi implantado o módulo de gestão de contratos, permitindo a consulta e a utilização de documentos do inpEV. As metas para 2013 são obter vantagens semelhantes com o lançamento de um módulo de compras totalmente informatizado e estabelecer a interligação entre o Sistema de Informação das Centrais (SIC), que armazena dados de todo o país referentes às quantidades de embalagens vazias encaminhadas às centrais de recebimento, e o Sistema Datasul, medidas que irão aprimorar ainda mais a gestão das operações do instituto. <1.2>

Código de Conduta

As ações dos colaboradores do inpEV e o posicionamento social do instituto são orientados pelo Código de Conduta, publicado em 2010. Por sua importância, o documento fortalece a cultura institucional, reforçando a Missão, os Valores e os princípios internos. <4.8>

Com orientações divididas em quatro pilares (relações internas, relações externas, responsabilidade socioambiental e conduta perante dúvidas), o Código de Conduta é distribuído a todos os colaboradores e associados. As empresas associadas têm no documento uma referência para que seus interesses não conflitem com aqueles que nortearam a criação do inpEV. <4.6>

Já no caso de parceiros, como fornecedores e prestadores de serviços, o documento orienta as relações mantidas com o instituto.

Gerenciamento de riscos

O inpEV monitora, mapeia, previne e controla os riscos associados aos processos do Sistema Campo Limpo envolvendo o transporte das embalagens pós-uso de defensivos agrícolas, desde o recebimento até a destinação final. Da mesma forma, o instituto gerencia sistematicamente os riscos ambientais e trabalhistas. <4.11>

Nesse sentido, são realizados exames para os funcionários dos postos e das centrais de recebimento, estipulados pelo Ministério do Trabalho e Emprego e pela Resolução Conama nº 334, que regula as atividades nas unidades de recebimento. Além disso, técnicas para garantir a produtividade, a segurança e a qualidade no manuseio das embalagens vazias são abordadas em treinamentos POPi (Procedimentos Operacionais Padrão inpEV).

Colaboradores representados em programas de saúde e segurança

2012*

Iniciativa	(%)
Brigada de incêndio	100%
ProSeg Bem	100%

* Os programas têm lugar na sede do inpEV, abrangendo todos os colaboradores.

Pioneirismo em segurança

<LA6 e LA8>

O inpEV não possui número suficiente de funcionários em sua sede administrativa que exija a criação de uma Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (Cipa). Ao longo de 2012, no entanto, foram adotadas uma série de medidas voltadas ao aspecto segurança.

O Programa ProSeg Bem, destinado aos funcionários do instituto, foi criado para promover a conscientização sobre segurança, saúde e bem-estar no trabalho. A iniciativa oferece programas de aconselhamento, prevenção e controle de risco, como qualidade e segurança alimentar, incentivo à prática de exercícios físicos, segurança doméstica, direção defensiva, ergonomia, segurança no ambiente de trabalho (escritório) e durante o trajeto (em trânsito).

Dentre as atividades realizadas em 2012, houve uma simulação de abandono emergencial do edifício da sede (com o acionamento de alarmes e a definição de um ponto de encontro). A medida mobilizou toda a administração predial, além de representantes de outras empresas locais, dando início à liderança do instituto na criação de uma brigada de incêndio, formada por cinco funcionários. As ações incluíram ainda palestras, distribuição de cartilhas e mapeamento de riscos dos escritórios da sede e do prédio.

Nas centrais de recebimento, sempre são enfatizadas as orientações aos trabalhadores para que não deixem de utilizar equipamentos de proteção individual (EPIs) e de segurança coletiva, especialmente na operação de prensas, que exigem atenção redobrada por parte do operador. Todos os equipamentos possuem sistemas de segurança e sensores, mas o objetivo do inpEV é torná-los ainda mais eficientes.

Durante 2013, será desenvolvido o projeto Nova Prensa, que visa ampliar a capacidade de compactação das embalagens recolhidas em até quatro vezes. A previsão é que as novas máquinas, em fase de estudos, entrem em operação comercial até 2015.

Ginástica laboral

Os operadores das centrais de recebimento realizam atividades muito repetitivas. Para minimizar o risco de doenças do trabalho, eles passaram a praticar ginástica laboral. A atividade é coordenada por uma fisioterapeuta, o que garante que os operadores façam exercícios adequados para suas atividades.

Além disso, os funcionários da sede administrativa também praticam ginástica laboral duas vezes por semana.



Compromissos renovados

Atento à evolução do agronegócio, o inpEV também atua para conscientizar os agentes do Sistema Campo Limpo sobre suas responsabilidades na prática da logística reversa.

O significativo desenvolvimento da agricultura tornou-se um fato marcante da economia brasileira. Na safra 2012/2013, a colheita de grãos deve alcançar 184,45 milhões de toneladas, sendo liderada pela produção de soja e de milho (86%), segundo as estimativas mais recentes da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab).

De acordo com projeções do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), o Valor Bruto da Produção (VBP) do setor agropecuário, por sua vez, deverá atingir R\$ 305,3 bilhões em 2013, ou 26,3% acima dos R\$ 241,8 bilhões de 2012.

O incremento da produtividade, associado ao aumento das demandas interna e externa por alimentos, posiciona o Brasil como uma das principais referências internacionais no setor do agronegócio. Tamanho protagonismo também se reflete no Sistema Campo Limpo, principalmente pela utilização mais intensa pelos agricultores de tecnologias desenvolvidas especificamente para o aumento de produtividade. Entre os insumos, os defensivos agrícolas têm uma função importante para o controle de pragas, de doenças e de plantas daninhas em diferentes culturas.

Desde que iniciou suas atividades, em 2001, o inpEV tem se preocupado com a evolução do agronegócio e, em particular, com a necessidade de conscientizar os agentes do sistema quanto às suas responsabilidades sobre a logística reversa de embalagens usadas de defensivos agrícolas.

A atuação é complementada pela educação socioambiental, pelo lançamento de campanhas nacionais e pela participação em eventos da área, além da intervenção em debates sobre a legislação setorial, entre outras ações, como a extensão da presença do instituto em esferas que não apenas as do Sistema Campo Limpo.

< Fazenda São Francisco, em Rondonópolis (MT): agricultor se prepara para a tríplice lavagem das embalagens durante o preparo da calda.

Sistema Campo Limpo

Referência mundial

O Sistema Campo Limpo tornou-se referência nacional e internacional em logística reversa. Gerido pelo inpeV, atualmente destina 94% das embalagens plásticas primárias (que entram em contato direto com o produto) e 80% do total de embalagens vazias de defensivos agrícolas comercializadas no Brasil. Nesse processo, o instituto é o representante das empresas fabricantes de defensivos agrícolas, coordenando a destinação final – para reciclagem ou incineração – do material encaminhado às unidades de recebimento.

Fluxo do sistema

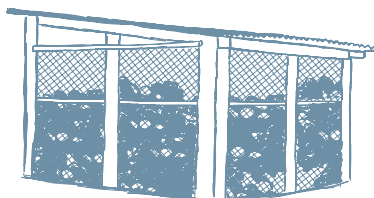
1



AS REVENDAS E COOPERATIVAS INDICAM, NA NOTA FISCAL, O LOCAL ONDE AS EMBALAGENS VAZIAS DEVEM SER DEVOLVIDAS PELOS AGRICULTORES



2



3



AS EMBALAGENS VAZIAS SÃO DEVOLVIDAS PELO AGRICULTOR NO LOCAL INDICADO NA NOTA FISCAL



O AGRICULTOR FAZ A TRÍPLICE LAVAGEM OU A LAVAGEM SOB PRESSÃO NO MOMENTO DA APLICAÇÃO, INUTILIZA A EMBALAGEM VAZIA E A ARMAZENA TEMPORARIAMENTE EM LOCAL ADEQUADO EM SUA PROPRIEDADE

Por dentro do sistema

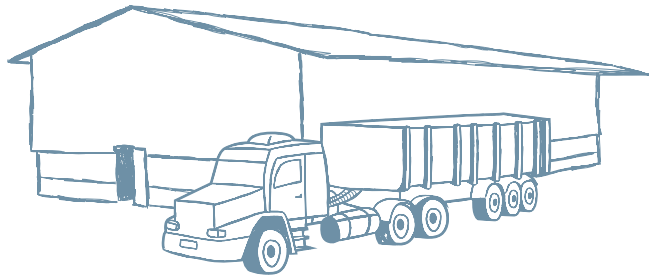
Para saber mais sobre o Sistema Campo Limpo, acesse o site: www.inpev.org.br.

O PODER PÚBLICO FISCALIZA, ORIENTA E LICENCIA A OPERAÇÃO DAS UNIDADES DE RECEBIMENTO. TAMBÉM APOIA AS AÇÕES DE EDUCAÇÃO E CONSCIENTIZAÇÃO

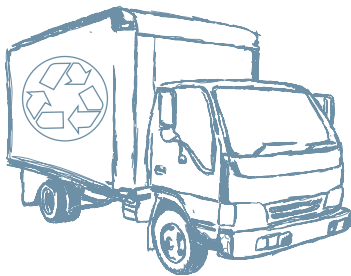


4

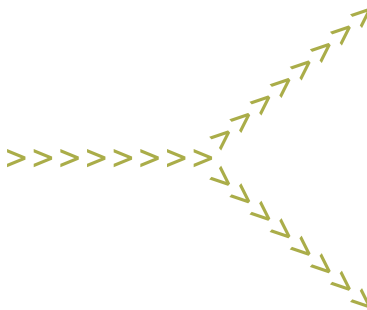
NAS UNIDADES DE RECEBIMENTO, QUE PODEM SER CENTRAIS OU POSTOS, AS EMBLAGENS VAZIAS SÃO PREPARADAS PARA O DESTINO FINAL (RECICLAGEM OU INCINERAÇÃO)



5

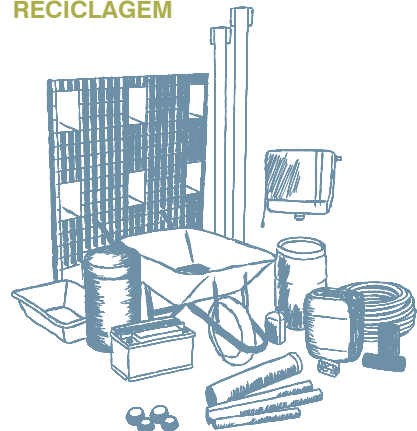


REPRESENTADOS PELO INPEV, OS FABRICANTES RETIRAM AS EMBLAGENS VAZIAS DEVOLVIDAS NAS UNIDADES DE RECEBIMENTO, ENVIANDO-AS PARA A CORRETA DESTINAÇÃO

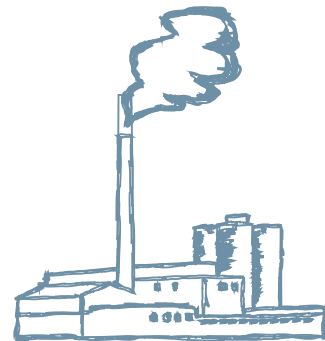


RECICLAGEM

NOVE EMPRESAS RECICLADORAS TRANSFORMAM AS EMBLAGENS (PLÁSTICAS, PAPELÃO E TAMPAS) EM 17 DIFERENTES ARTEFATOS



INCINERAÇÃO



A tendência de aumento na destinação ambientalmente correta de embalagens vazias de defensivos agrícolas tem se consolidado a cada ano. Em 2012, o Sistema Campo Limpo destinou um volume equivalente a 37.379 toneladas (92% seguiram para reciclagem e 8%, para incineração), 9,3% a mais que as 34.203 toneladas de 2011. <EN22 e EN27>

Dentro do *mix* de todas as embalagens colocadas no mercado, 94% das primárias (que têm contato direto com o produto) foram recuperadas. Se somadas as embalagens primárias e secundárias, o índice de recuperação corresponde a 80%.

No período, os estados de Alagoas (+ 395,4%), Pará (+ 132,3%) e Rio Grande do Norte (+ 95,6%) apresentaram os maiores aumentos percentuais no volume de destinação final desses resíduos, destacando-se entre os demais 22 estados, além do Distrito Federal (DF).

Da quantidade total de embalagens colocadas no mercado anualmente, 5% não são passíveis de serem recicladas. Trata-se de embalagens flexíveis ou que acondicionam produtos não miscíveis em água. Além delas, existe uma quantidade de recipientes entregues nas centrais de recebimento que não foram corretamente lavados pelos produtores no momento adequado (de preparo da calda do produto). Nos dois casos, essas embalagens seguem para incineração. <EN22 e EN27>

Total de embalagens destinadas

pós-consumo

<EN22>

(em t)

31.266	2010
34.202	2011
37.379	2012

- Resíduos perigosos (embalagens não lavadas)
- Resíduos não perigosos (embalagens com tríplice lavagem)

Total de resíduos por tipo e método de destinação <EN22 e EN27>

(em t)

Tipo do resíduo ¹	Destinação ²	2010	2011	2012
Embalagens com tríplice lavagem	Reciclagem	28.779	31.519	34.600
Embalagens não lavadas	Incineração	2.487	2.684	2.779
Total		31.266	34.203	37.379

Notas

- (1) Os resíduos são dispostos diretamente pelo inpEV ou por terceiros contratados. Não há nenhuma outra forma de disposição, além das mencionadas.
- (2) O cálculo para a contabilização das embalagens recuperadas considera o total de embalagens que o inpEV retira das centrais e encaminha à destinação final e a quantidade de embalagens vendidas informada pelas empresas comercializadoras (todas associadas ao instituto).

Para 2013, a previsão é que o volume total de embalagens destinadas alcance 40 mil toneladas, o que exigirá toda a infraestrutura para que essa marca seja alcançada sem percalços, considerando o crescimento de volumes em novas fronteiras agrícolas das regiões Norte e Nordeste. De fato, essa é uma meta para o próximo ano. <1.2>

As atividades nas centrais de recebimento são acompanhadas regularmente, em tempo real, por meio do Sistema de Informação das Centrais (SIC), para evitar, principalmente, que se acumule um estoque crítico, quando a capacidade de armazenamento atinge o índice não desejado de 75%. Além disso, há reuniões mensais de planejamento para assegurar a melhoria continuada do sistema.

Com a facilidade de agendamento *online*, os agricultores poderão planejar melhor a entrega de embalagens vazias de defensivos agrícolas às unidades de recebimento em todo o país.

A expectativa é que o estoque crítico diminua e se torne cada vez mais raro, graças ao projeto de agendamento de devolução de embalagens *online*, que permitirá planejar antecipadamente as quantidades de embalagens vazias que os agricultores poderão entregar às unidades de recebimento e, conseqüentemente, a manutenção da eficácia do Sistema Campo Limpo em todo o país.

Total de embalagens destinadas no Brasil

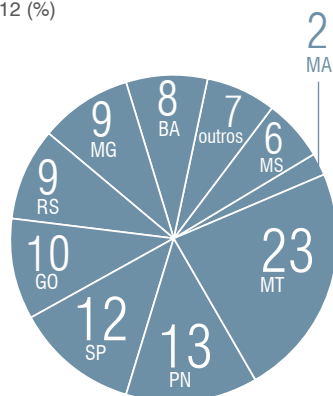
<EN27>

(por estado – 2012, em toneladas)

Estado	Embalagens lavadas (t)	Embalagens não lavadas (t)	Total geral (t)	%
Mato Grosso	8.272	421	8.693	23,30
Paraná	4.265	568	4.832	12,90
São Paulo	4.193	335	4.528	12,10
Goiás	3.646	361	4.006	10,70
Rio Grande do Sul	3.210	226	3.436	9,20
Minas Gerais	2.921	314	3.235	8,70
Bahia	2.817	156	2.973	8,00
Mato Grosso do Sul	2.348	92	2.440	6,50
Maranhão	701	39	741	2,00
Santa Catarina	518	70	588	1,60
Piauí	380	23	403	1,10
Tocantins	263	24	287	0,80
Pernambuco	198	52	249	0,70
Espírito Santo	215	24	239	0,60
Rondônia	180	9	189	0,50
Alagoas	156	13	170	0,50
Pará	134	13	147	0,40
Rio de Janeiro	70	13	83	0,20
Rio Grande do Norte	48	27	74	0,20
Roraima	43	–	43	0,10
Sergipe	22	–	22	0,10
Total	34.600	2.779	37.379	100

Destinação de embalagens em estados selecionados

2012 (%)

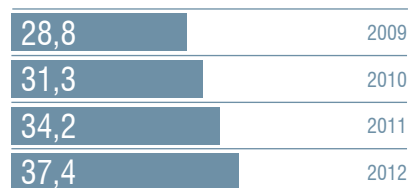


(por estado – 2009-2012, em toneladas)

Estado	2009	2010	2011	2012
Mato Grosso	6.777	7.103	8.785	8.693
Paraná	4.563	4.716	4.490	4.832
São Paulo	3.598	3.613	3.740	4.528
Goiás	3.111	3.314	3.580	4.006
Rio Grande do Sul	2.511	2.839	3.272	3.436
Minas Gerais	2.279	2.605	2.732	3.235
Bahia	1.883	2.469	2.760	2.973
Mato Grosso do Sul	1.977	2.176	2.290	2.440
Maranhão	603	581	710	741
Santa Catarina	545	529	551	588
Piauí	149	247	277	403
Tocantins	118	176	153	287
Pernambuco	206	213	240	249
Espírito Santo	127	194	209	239
Rondônia	92	234	168	189
Alagoas	88	100	34	170
Pará	38	57	63	147
Rio de Janeiro	24	22	68	83
Rio Grande do Norte	56	62	38	74
Roraima	–	4	–	43
Sergipe	22	11	33	22
Total	28.771	31.266	34.202	37.379

Embalagens vazias de defensivos agrícolas destinadas no Brasil

(em mil t)



Os resultados mantiveram a tendência de crescimento observada a cada ano desde o início das operações do sistema, reflexo direto do engajamento dos agentes desse programa e do aumento da produtividade agrícola.

Para garantir a infraestrutura necessária, o sistema mantém uma rede de 414 unidades de recebimento (302 postos e 112 centrais), que se estende por 25 estados e Distrito Federal (DF). Uma de suas principais características é a contínua adaptação ao crescimento do segmento de defensivos agrícolas, o que se reflete no aumento anual dos volumes de embalagens entregues pelos agricultores às unidades de recebimento.

Os recebimentos itinerantes, modalidade móvel e temporária, organizados pelas centrais com o apoio do poder público municipal, também favorecem o desempenho positivo dos números, uma vez que, no Brasil, cerca de 10% das embalagens destinadas são oriundas dessas ações. Tais iniciativas acontecem com frequência, sendo que, em algumas localidades, há calendários anuais de recebimentos itinerantes.

<2.9>

Novas unidades

Em 2012, foram inauguradas 13 novas unidades de recebimento em todo o país.

- Buritis (Adicer)-MG
- Lagoa Vermelha-RS
- Confresa-MT
- Camocim de São Félix-PE
- Carmo da Cachoeira-MG
- Itaocara-RJ
- Santa Vitória-MG
- Tocantinópolis-TO
- Erechim-RS
- Tupanciretã – Linha do Ivaí-RS
- Juazeiro-BA
- São Desidério (Vila do Campo Grande)-BA
- Palmas-PR

Unidades desvinculadas

Em 2012, algumas unidades de recebimento, instaladas em diferentes regiões, foram fechadas, mas sem prejuízo da capacidade de recebimento do sistema, em função de otimizações logísticas ou de reestruturações dos postos e das centrais.

- Amambai-MS
- Aral Moreira-MS
- Caraguatatuba-SP
- Lapa-PR
- Lucélia-SP
- Taiobeiras-MG
- Toledo (Dois Irmãos)-PR
- Taquarivaí-SP
- Palmas do Monte Alto-BA

- Votuporanga-SP
- Cunha Porã-SC
- Teixeira de Freitas-BA
- Palmas-PR
- Cinco postos de Cotrijal-RS (tornaram-se pontos de coleta itinerante)



ESTRUTURA DO SISTEMA

O SISTEMA CAMPO LIMPO CONFIGURA UMA REDE NACIONAL, FORMADA POR 414 UNIDADES DE RECEBIMENTO (302 POSTOS E 112 CENTRAIS), EM 25 ESTADOS E NO DISTRITO FEDERAL (DF).



Modelo em rastreamento

O Sistema de Informação das Centrais (SIC) representa uma das principais ferramentas de gestão logística utilizadas pelo Sistema Campo Limpo.

1. As embalagens são acolhidas na central de recebimento.
2. As informações são registradas no SIC.
3. O SIC gera uma ordem de coleta quando a quantidade de um determinado material atinge o volume suficiente para carregar um caminhão.
4. Uma vez confirmada a operação pela central de recebimento, o SIC envia uma ordem de coleta ao operador logístico, que, por sua vez, aciona uma das 20 transportadoras parceiras.
5. O material é retirado pela transportadora.
6. O material é enviado ao destino final (reciclagem ou incineração).
7. Recicladores ou incineradores e a central de recebimento responsável pelo envio da carga atualizam o SIC para encerrar o procedimento.

Excelência em logística

Para retirar as embalagens vazias das unidades de recebimento e efetuar a ambientalmente correta destinação final, o inpEV coordena uma complexa operação logística. Diversas melhorias operacionais são trabalhadas diretamente com as centrais de recebimento, visando aumentar a produtividade no transporte de embalagens por caminhão, como a revisão da dimensão e amarração dos fardos, a pressão de compactação das prensas e melhores formas de carregamento, entre outras. <EN29>

Em 2002, a média de embalagens transportadas alcançava 7.050 quilos por caminhão (média equivalente *truck*), indicador que, em 2012, atingiu 13.021 quilos – um aumento de 85% no período. Tal desempenho demonstra a eficácia do processo de melhoria contínua adotado desde o início das operações do sistema. Desde 2002, mais de 60 mil caminhões foram movimentados em todo o Brasil.

A média de embalagens vazias transportadas passou de 7 para 13 toneladas entre 2002 e 2012.

< A cada 13 toneladas de embalagens devolvidas por produtores rurais, a central de recebimento solicita ao inpEV a retirada da carga, que segue para o destino final (reciclagem ou incineração).

Comitê retoma atividades

O Comitê de Logística do inpEV retomou as atividades em 2012. A medida visa estimular o debate interno sobre o processo de melhoria contínua no transporte das embalagens vazias e envolver os *stakeholders* nas discussões e na tomada de decisão. Dessa maneira, o instituto reforça a transparência e amplia suas possibilidades para encontrar as soluções mais adequadas.

O inpEV não realiza a importação ou exportação de resíduos perigosos, embora, em 2012, tenham sido transportadas 2.780 toneladas de resíduos perigosos (tipo 1) – ou seja, não passíveis de reciclagem – que foram destinadas para incineração. <EN24>

Mesmo com a intensa movimentação de cargas em todo o país, o inpEV não tem registro de acidentes fatais causados pelas operações logísticas em seu histórico, o que se deve aos esforços e aos investimentos destinados à segurança. No dia 25 de junho de 2012, por exemplo, foi realizado o II Encontro de Transportadoras do Sistema Campo Limpo, com os objetivos de atualizar resultados, apresentar perspectivas e reforçar a necessidade de comprometimento com ações de prevenção contra acidentes. <EN29>

A busca pela melhoria dos processos logísticos tem sido uma constante. Como parte dos esforços, o inpEV passou a utilizar caminhões de diferentes modelos no transporte das embalagens vazias, ou seja, que também atendam a outros setores, para que a movimentação de cargas não seja impactada pelos ciclos (sazonais) das safras agrícolas, quando a disponibilidade de veículos varia significativamente. Os caminhões de tipo aberto, por exemplo, exigem mais tempo de carregamento e têm capacidade para transportar um volume equivalente a 14 toneladas de embalagens.

Lei do “descanso”

Conhecida como “lei do descanso”, a Lei nº 12.619/2012, que regulamenta a profissão de motorista em todo o Brasil, foi um dos principais temas debatidos pelo Comitê de Logística do inpEV em 2012, o que também deve se repetir em 2013.

Pelas novas regras, em vigor desde dezembro de 2012, a jornada diária de trabalho dos caminhoneiros passa a ser de oito horas, podendo ser estendida por mais duas horas extras, com uma hora para refeições e repouso de 11 horas a cada 24 horas.

Além disso, os motoristas têm direito a um intervalo de 30 minutos, a cada quatro horas seguidas de direção. A preparação da carga e o tempo do descarregamento também são contabilizados no tempo gasto em cada trajeto, o que repercute diretamente no planejamento de rotas e nos custos das viagens.

Destinação final

O inpEV, que representa as empresas fabricantes de defensivos agrícolas, responsáveis pela destinação final das embalagens, mantém parceria com nove empresas recicladoras (Cimflex, Coletti, Dinoplast, Ecopaper, Pasa, Plastibrás, Recicap, Recipak e Campo Limpo Reciclagem e Transformação), de Mato Grosso, Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro e São Paulo, e com outras cinco companhias que incineram as embalagens vazias não laváveis e as que não foram corretamente lavadas (BASF, Cetrel, Clariant, Essencis e Haztec). Em ambos os casos, os parceiros atendem rigorosamente às normas de segurança e ambientais estabelecidas pela legislação.

A Campo Limpo Reciclagem e Transformação contribui para facilitar a correta destinação das embalagens vazias.

A partir de 2008, o sistema passou a contar com uma empresa recicladora própria, a Campo Limpo Reciclagem e Transformação de Plásticos S.A., instalada no Distrito Industrial do Piracangaguá, em Taubaté (SP). Atualmente, com 30 fabricantes de defensivos agrícolas entre seus acionistas, a Campo Limpo fecha o ciclo de gestão das embalagens de defensivos agrícolas pós-consumo e contribui com a autossuficiência financeira do sistema para realizar a correta destinação desse material. Com certificação ISO 9001 para a reciclagem e a transformação de plásticos em resinas pós-consumo, além do projeto, do desenvolvimento e da fabricação de novas embalagens, a empresa cria novas soluções industriais, propiciando a geração de emprego e renda.

A Ecoplástica Triex® 20 L, a primeira embalagem desenvolvida a partir da reciclagem de embalagens de defensivos agrícolas pós-consumo, é prova disso. Produzido com resina reciclada, cada grupo de cem embalagens Ecoplástica Triex® 20 L, segundo estudo de ecoeficiência realizado pela Fundação Espaço Eco (FEE), contribui para a redução do equivalente a 360 quilos de emissão de gases de efeito estufa (GEE) na atmosfera. A título de comparação: duas árvores deixam de ser cortadas.

Ações inovadoras

Desde que foi criada, em 2008, a Campo Limpo Reciclagem e Transformação tem sua trajetória marcada por conquistas no campo da inovação. A seguir, as realizações que mais se destacam.

- > Crescimento da comercialização da Ecoplástica Triex® 20 L, sem o registro de qualquer não conformidade apontada pelos clientes.
- > Nova linha de extrusão, totalizando capacidade instalada para a produção de 10.000 toneladas/ano de RPC.
- > Ampliação das instalações em 2011, para uma área construída total de 12.633,15 m², com novo galpão de armazenamento.
- > Nova linha de produção de embalagens.
- > Utilização de mão de obra própria em embalagens sopradas e extrusoras de RPC.

Campo Limpo em perspectiva

Para saber mais sobre as atividades da Campo Limpo Reciclagem e Transformação de Plásticos, acesse o site: <www.campolimpoplasticos.com.br> .



Produtos da Campo Limpo

Resina pós-consumo (RPC)

A resina pós-consumo de polietileno de alta densidade (Pead), com elevado padrão de qualidade e homogeneidade, é proveniente do sistema de logística reversa das embalagens vazias de defensivos agrícolas.

Ecoplástica Triex® 5 e 20 L

Fabricada com três camadas, por meio do processo de coextrusão (camadas interna e externa de resina virgem e camada intermediária de resina pós-consumo), a Ecoplástica Triex® representa uma importante inovação para o segmento de plásticos. A embalagem de 20 litros é a primeira fabricada com matéria-prima reciclada a obter certificação UN (grupo II, densidade 1,4 g/cm³) para o transporte terrestre de produtos perigosos, além de estar homologada para o transporte marítimo pela Marinha do Brasil, em complemento à certificação para o transporte terrestre.

Selo Verde

Em 2012, a Ecoplástica Triex® 20 L recebeu o Selo Verde, certificação da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) que atesta quais produtos e serviços são ambientalmente mais amigáveis por meio de uma marca colocada no produto.

A iniciativa representa uma metodologia voluntária de certificação e rotulagem de desempenho ambiental, que visa informar os consumidores sobre quais produtos são menos agressivos ao meio ambiente.

A certificação foi concedida com base na avaliação do ciclo de vida da Ecoplástica Triex® 20 L, em seu processo produtivo, na análise do uso de substâncias perigosas, na verificação do produto final, nas embalagens de transporte, na destinação final, na distribuição, no atendimento a normas legais e no uso de laboratórios de ensaio.

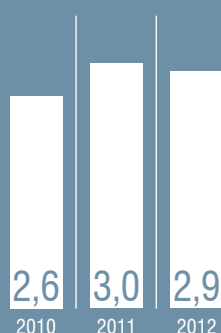
A Campo Limpo foi a primeira empresa do segmento de plásticos a obter o Selo Verde da ABNT.

Desempenho social

Públicos de relacionamento

Evolução dos investimentos em iniciativas de educação – 2010-2012

(R\$ milhões)



<4.14>

Públicos estratégicos

- > Agricultores
- > Colaboradores
- > Distribuidores/cooperativas e unidades de recebimento
- > Empresas e entidades associadas
- > Imprensa
- > Poder público
- > Recicladores e incineradores parceiros
- > Sociedade

- > Comunidade celebra os bons resultados do Sistema durante o Dia Nacional do Campo Limpo na central de recebimento de São Gabriel do Oeste (MS)

O engajamento dos agentes do Sistema Campo Limpo (agricultores, canais de distribuição, empresas fabricantes e poder público) constitui um dos principais motivos de sua evolução continuada, nos últimos anos. O compromisso com a logística reversa de embalagens pós-consumo de defensivos agrícolas também se reflete na conscientização sobre a importância do sistema para a preservação do meio ambiente e na participação do inpEV nos principais eventos do setor, assim como no acompanhamento de discussões políticas sobre leis e instruções normativas. <4.14, 4.15, 4.16 e 4.17>

Ao longo de 2012, o inpEV investiu R\$ 2,9 milhões em iniciativas de educação: campanhas, materiais impressos, participação em diferentes eventos com foco educativo e atividades do Dia Nacional do Campo Limpo e do Programa de Educação Ambiental. Nos últimos anos, os investimentos mantêm-se nesse patamar (*ver gráfico*).

O inpEV investiu R\$ 2,9 milhões em diferentes iniciativas de educação e conscientização ao longo de 2012.

Educação ambiental

Diversas atividades e iniciativas complementam a atuação do inpEV na destinação de embalagens pós-consumo de defensivos agrícolas. Uma delas é o Programa de Educação Ambiental Campo Limpo, que fornece materiais com conteúdo pedagógico a escolas sobre temas ambientais, alinhados às recomendações dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) do Ministério da Educação (MEC). Em sua terceira edição, o programa contou com 1.058 escolas participantes, de 147 municípios em 14 estados, envolvendo 81.204 alunos do 4º e do 5º anos do Ensino Fundamental, de 3.973 salas de aula (*ver tabela na página 40*). <4.16 e 4.17>



No Dia Nacional do Campo Limpo são realizadas atividades educativas e culturais com a participação de escolas do Programa de Educação Ambiental.

> Estudantes da região participam das celebrações do Dia Nacional do Campo Limpo na central de São Sebastião do Paraíso (MG)

Principais indicadores do Programa de Educação Ambiental

(2010-2012)

Ano	2010	2011	2012
Número de escolas	1.022	1.001	1.058
Salas de aula de 4º e 5º anos participantes	2.364	3.842	3.973
Municípios envolvidos	163	164	147
Participantes do concurso de desenho	42.056	42.061	39.757
Participantes do concurso de redação	25.921	39.813	36.165

Com a distribuição de cerca de 2.600 kits pedagógicos às escolas participantes, os alunos foram estimulados a participar do concurso de desenho, com o tema “*O meio ambiente e o bem-estar no campo*”, e também do concurso de redação, que propôs o tema “*Minhas atitudes para transformar o planeta em um lugar melhor para viver*”. Ao todo, 39.757 desenhos e 36.165 redações foram inscritas.



As atividades foram complementadas por uma nova categoria, voltada exclusivamente aos professores e às instituições de ensino. As melhores atividades educativas relacionadas ao Programa de Educação Ambiental, desenvolvidas no Dia Nacional do Campo Limpo (celebrado oficialmente em 18 de agosto desde 2005), foram reportadas no *site* <www.dianacionaldocampolimpo.org.br>.

As escolas envolvidas no Programa de Educação Ambiental também participam do Dia Nacional do Campo Limpo. Os estudantes desenvolvem atividades para marcar a data e participam de outras ações, entre elas apresentações culturais, palestras educativas, exposições e visitas às unidades de recebimento do Sistema Campo Limpo.

O objetivo é transmitir às crianças mensagens que enfatizem a importância da preservação do meio ambiente. Em 2012, a jornada envolveu 72.028 pessoas, mais que as 67.649 participantes de 2011. Ao todo, participaram 97 unidades, representantes de 21 estados.

Kits de conhecimento

Os kits pedagógicos multidisciplinares do Programa de Educação Ambiental Campo Limpo, desenvolvidos especialmente para alunos do 4º e do 5º ano do Ensino Fundamental e distribuídos a cerca de 1.000 escolas próximas às unidades de recebimento de embalagens vazias de defensivos agrícolas em 19 estados, incluem o caderno do professor, que orienta a aplicação do conteúdo, e material de apoio para sala de aula, como pôsteres e o jogo de tabuleiro “Na trilha das embalagens”. <4.16 e 4.17>

A distribuição dos kits é realizada em parceria com secretarias municipais de Educação, núcleos de ensino, diretores ou coordenadores de escolas, reflexo do relacionamento do inPEV com diferentes públicos, além dos atores envolvidos diretamente com o Sistema Campo Limpo.



Dia Nacional do Campo Limpo

A comemoração do Dia Nacional do Campo Limpo representa uma data especial no calendário brasileiro. Na edição de 2012, as centrais receberam a comunidade para demonstrar as suas operações e promover diversas atividades educativas e lúdicas, como palestras e apresentações teatrais, que abordaram temas ambientais.

As ações foram complementadas por gincanas e oficinas para crianças e jovens sobre o consumo consciente e a destinação de resíduos sólidos, além dos concursos de desenho e de redação do Programa de Educação Ambiental Campo Limpo. Desde a primeira edição, mais de 600 mil pessoas participaram do evento, em todo o país.

<4.16 e 4.17>

Consciência educativa

	2009	2010	2011	2012
Número de pessoas envolvidas (DNCL + PEA*)	112.638	139.616	122.772	127.592
Dia Nacional do Campo Limpo – pessoas envolvidas**	NA	90.392	67.649	72.028
Número de estados	23	23	21	21
Número de unidades de recebimento participantes	99	98	99	97
Programa de Educação Ambiental Campo Limpo	NA	70.916	81.818	81.204
Número de centrais que inscreveram escolas	NA	80	88	71
Número de escolas envolvidas	NA	1.022	1.001	1.058
Salas de aula de 4º e 5º anos participantes do PEA	NA	2.364	3.842	3.973
Municípios envolvidos no PEA	NA	163	164	147
Participantes do concurso de desenho	41.871	42.056	42.061	39.757
Participantes do concurso de redação	17.349	25.921	39.813	36.165

* PEA = Programa de Educação Ambiental Campo Limpo, tema: “Ciclo de vida das embalagens”.

** Pessoas envolvidas com o dia de portas abertas, comunidade e atividades em escolas, modalidade informal.
- 64 centrais de portas abertas.

- 1.230 escolas envolvidas, sendo 1.058 integrantes do Programa de Educação Ambiental Campo Limpo.

Em 2012, representantes do inpEV e do Sistema Campo Limpo participaram de mais de 100 eventos temáticos em todo o país.

Atuação institucional

Complementando as ações educativas, representantes do inpEV e do Sistema Campo Limpo estiveram presentes em mais de 100 eventos, em 2012 (dias de campo, palestras, *workshops*, exposições e eventos com estande próprio). Entre outros lugares, o estande do Sistema Campo Limpo marcou presença no ShowTec, em Maracaju (MS), no Show Rural Coopavel, em Cascavel (PR), na Expodireto Cotrijal, em Não-Me-Toque (RS), na TecnoShow Comigo, em Rio Verde (GO), e na Agrobrasil, no PAD-DF, todos com a exposição comemorativa sobre a primeira década do inpEV e do sistema, com o mote “10 anos com toda dedicação ao meio ambiente e à agricultura”. <4.16 e 4.17>

Já na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, ocorrida em junho, na cidade do Rio de Janeiro, o instituto foi convidado a apresentar o case da logística reversa das embalagens vazias de defensivos agrícolas em um painel que reuniu iniciativas de destinação pós-consumo de outros setores. Na ocasião, apresentou resultados do estudo de Ecoeficiência do Sistema Campo Limpo, além de ter exposto informações sobre o sistema no espaço SustainAgro, organizado pelas entidades do agronegócio.

A maior exposição em eventos, a realização de campanhas locais (caso dos recebimentos itinerantes), o crescimento na destinação de embalagens reportada mês a mês, as inaugurações de unidades de recebimento e o Dia Nacional do Campo Limpo são os principais assuntos reportados pela imprensa nacional.

Principais eventos com a participação do inpEV e do Sistema Campo Limpo em 2012

Mês	Período	Evento	Município	UF
Janeiro	18 a 20	Feira de Agronegócios C Vale	Palotina	PR
Janeiro	25 a 27	ShowTec Maracaju	Maracaju	MS
Janeiro	25 a 28	Itaipú Rural Show	Pinhalzinho	SC
Fevereiro	6 a 10	Show Rural Coopavel	Cascavel	PR
Março	5 a 9	Expodireto Cotrijal	Não-Me-Toque	RS
Março	7 a 8	TecnoAgro Chapadão	Chapadão do Sul	MS
Março	21 a 23	Expoagro Afubra	Rio Pardo	RS
Abril	9 a 13	Tecnoshow Comigo	Rio Verde	GO
Maior	15 a 19	Agrobrasil	PAD-DF	DF
Setembro	6 a 9	Expo Giruá	Giruá	RS
Outubro	11 a 21	Expojui Fenadi – Feira de negócios	Giruá	RS

Em 2012, ganhou força um programa de relacionamento de aproximação com os principais órgãos de imprensa. Como resultado desse trabalho, 3.937 matérias foram publicadas sobre o inpEV e o Sistema Campo Limpo, por diferentes veículos de comunicação, ao longo do ano, 22% a mais, em comparação com as 3.237 veiculadas durante 2011. No mesmo período, a quantidade de *newsletters* enviadas para um *mailing* selecionado (informativo virtual recebido por mais de 8 mil pessoas) passou de oito para 11, refletindo o fortalecimento da imagem institucional do inpEV.

Principais resultados do relacionamento com os públicos estratégicos do inpEV

<4.16 e 4.17>

Iniciativas	2009	2010	2011	2012
Requisições ao Fale Conosco do site	851	667	618	501
<i>Newsletters</i> enviadas ⁽¹⁾	3	7	8	11
Edições do <i>Boletim Informativo inpEV</i> ⁽²⁾	4	3	3	4
Ensino virtual ⁽³⁾	1.103	1.717	1.023	493
Público envolvido no Dia Nacional do Campo Limpo e no Programa de Educação Ambiental	112.638	139.161	122.772	127.592
Matérias publicadas sobre o Sistema Campo Limpo e o inpEV	1.274	2.436	3.237	3.937
Eventos com a presença do Sistema Campo Limpo	168	157	125	100

Notas

- (1) Informativo virtual enviado para mais de 8 mil pessoas.
- (2) O *Boletim Informativo inpEV* tem periodicidade bimestral e tiragem de 10 mil exemplares.
- (3) O número refere-se a usuários que iniciaram o curso sobre destinação de embalagens. Ao todo, 429 pessoas concluíram o curso.

O acompanhamento das questões referentes à Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) e de possíveis impactos no programa de logística reversa das embalagens vazias de defensivos agrícolas também é realizado com a participação do inpEV, em reuniões de grupo de trabalho (GT3). Os encontros, mantidos pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), abordam ainda aspectos de incentivo à pesquisa, à desoneração tributária e a linhas de financiamento ou creditícias de instituições financeiras federais para a PNRS. Entre outros aspectos, a iniciativa visa chamar a atenção para a necessidade de desonerar as atividades realizadas no âmbito do Sistema Campo Limpo. <SO5>

Ao longo de 2012, ocorreram algumas reuniões mensais de um grupo, formado pelo diretor-presidente e pela Assessoria Jurídica do inpEV, para identificar potenciais projetos de lei que eventualmente possam a vir a impactar, positiva ou negativamente, o funcionamento do sistema. O trabalho acompanha diversos projetos de lei, inclusive os que alteram a Política Nacional de Resíduos Sólidos ou ainda os que criam políticas estaduais de resíduos sólidos. Atualmente, são monitorados 56 projetos de lei.

Campanhas nacionais

Olímpio e Victor & Leo

O conhecimento de outros setores e da população urbana sobre a logística reversa de embalagens de defensivos agrícolas torna-se possível também pelos resultados obtidos com a realização de campanhas nacionais de conscientização protagonizadas pelo personagem Olímpio, o porta-voz das mensagens educativas veiculadas pelo instituto.

As campanhas seguem as regras do Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária (Conar), pois apresentam claramente quem são os anunciantes e o órgão público apoiador da iniciativa, sem veicular informações exageradas ou inverídicas, encaixando-se na modalidade “Publicidade para a responsabilidade socioambiental e para a sustentabilidade”, que orienta e incentiva a sociedade a manter práticas sustentáveis, o que é não apenas permitido, como encorajado pelo Conar. <PR6>

Em 2012, Olímpio dividiu o protagonismo com a dupla sertaneja Victor e Leo, em um vídeo produzido pelo inPEV, distribuído pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) a emissoras de TV para veiculação nacional, no período de março a maio e de setembro a novembro, com o tema “*Orgulho da Nação*”.

Nas imagens do vídeo, eles destacam a importância de lavar e devolver todas as embalagens vazias de defensivos agrícolas ao local indicado na nota fiscal de compra dos produtos, e valorizam a atitude dos agricultores que realizam essas atividades corretamente.

O governo federal apoia as atividades do inPEV desde 2005, por meio da Secretaria de Comunicação (Secom), na divulgação das campanhas educativas com o personagem Olímpio nas emissoras de TV aberta. Em 2012, os esforços de veiculação foram complementados com materiais para pontos de venda (*mobiles e displays*), painéis de estrada em 17 localidades (de cinco estados), um *site* sobre a campanha (www.inpev.org.br/campanha), além de ações em mídias sociais.



A responsabilidade por conscientizar os agentes do Sistema Campo Limpo divide-se entre representantes da indústria, do comércio e do poder público.

Responsabilidade tripartite

O inpEV não recebe ajuda financeira do governo, que, por sua vez, não integra a estrutura do instituto. Porém, a responsabilidade pela conscientização e pela educação do produtor rural e demais elos da cadeia do Sistema Campo Limpo configura-se no formato tripartite, sendo exercida pela indústria (fabricante de defensivos agrícolas), pelo sistema de comercialização e pelo poder público, nas esferas municipal, estadual e federal. <EC4>

Dessa forma, a interação com diversos órgãos estaduais e municipais tem sido constante. Esses órgãos apoiam as iniciativas pela educação, principalmente do produtor rural, disseminando a importância da tríplex lavagem e da devolução de todas as embalagens vazias ao local indicado na nota fiscal. Em alguns estados, os órgãos fiscalizadores identificam multiplicadores dentro de sua estrutura para trabalhar a conscientização dos produtores rurais. Por sua vez, o inpEV cria *kits* educativos com filmes, folhetos e *flip-chart*, para que as mensagens possam ser transmitidas.

Atuação abrangente

Defensivos agrícolas obsoletos

Os defensivos agrícolas hoje classificados como obsoletos, ou seja, proibidos por lei, foram utilizados, de maneira legal, na produção agropecuária brasileira e mundial, a partir da década de 1940. A proibição da fabricação, da comercialização, da distribuição e do uso dos defensivos agrícolas organoclorados destinados à agropecuária ocorreu em 1985, em todo o território nacional, tendo como base legal uma portaria do Ministério da Agricultura. Mas, mesmo fora de uso e proibidos há décadas, ainda é possível encontrar defensivos agrícolas obsoletos estocados em algumas propriedades. <EN26>



O Grupo de Trabalho Interdisciplinar de Destinação Final de Defensivos Agrícolas (GT) foi constituído pela Resolução Conjunta SMA/SAA nº 002, de 29 de maio de 2009, com o propósito de elaborar um projeto para estimar custos, recomendações técnicas de acondicionamento, devolução, armazenamento temporário, transporte e destinação final, a fim de dar o destino adequado aos defensivos agrícolas obsoletos remanescentes no Estado de São Paulo. Participaram do grupo de trabalho a Secretaria de Agricultura e Abastecimento, através das Coordenadorias de Assistência Técnica Integral (Cati) e de Defesa Agropecuária (CDA), a Secretaria do Meio Ambiente, por meio da Cetesb, e o Centro Regional da Convenção de Estocolmo. Por sua vez, o setor privado esteve representado pela Associação Nacional dos Distribuidores de Insumos Agrícolas e Veterinários (Andav), pela Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de São Paulo (Faesp), pelo Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias (inpEV) e pela Organização das Cooperativas do Estado de São Paulo (Ocesp).

O projeto foi estruturado durante reuniões ordinárias e extraordinárias do GT, quando também foram planejadas atividades para a execução do projeto e a obtenção de recursos financeiros. O GT realizou um levantamento entre os produtores rurais, em busca de informações sobre a quantidade de defensivos agrícolas obsoletos que continuaram armazenados nas propriedades rurais paulistas após a proibição de uso, na década de 1980.

Destinação final de produtos impróprios

(Kg/Estados)

10.420/1	2005
80.811/4	2006
102.518/7	2007
179.832/9	2008
209.970/9	2009
73.310/7	2010
24.210/6	2011
54.350/4	2012

Produtos impróprios

São considerados produtos impróprios aqueles que têm seu uso impossibilitado por determinados motivos, como a data de validade expirada ou a própria violação da embalagem. Em 2012, a destinação final de produtos vencidos atingiu 54.350 quilos, mais que o dobro dos 24.210 quilos registrados em 2011.

< Hamilton Jesus, da Emater, entrega o comprovante de devolução do BHC ao produtor rural Paulino Knapk, de Contenda (PR).

Destinação de ilegais

Além de defensivos agrícolas obsoletos e impróprios, desde agosto de 2011 o inpEV coordena, em parceria com o Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Agrícola (Sindag), a destinação de produtos ilegais apreendidos por autoridades. Em 2012, a quantidade destinada totalizou 41.512 quilos.

Com os resultados obtidos na etapa de diagnóstico, foram recebidas 327 declarações, que somam cerca de 270 toneladas de defensivos agrícolas obsoletos. O GT elaborou o projeto de destinação final dos defensivos agrícolas obsoletos declarados, a ser executado em 2013.

Nesse contexto, o inpEV participou ainda de um projeto pioneiro de eliminação de BHC e de outros defensivos obsoletos proibidos por lei, autodeclarados, no Paraná, em conjunto com o governo estadual e com outros representantes do setor privado.

Em 2012, foram destinadas 831 toneladas de defensivos agrícolas obsoletos. Para 2013 estão previstas a retirada e a destinação de outras 392 toneladas remanescentes da operação.

Destinação de sacarias de sementes

A atuação do inpEV revela-se ainda mais abrangente quando considerados os resultados do estudo sobre a destinação de embalagens (sacarias de sementes tratadas de milho e algodão) pós-consumo do setor, representado pela Associação Paulista dos Produtores de Sementes e Mudanças (APPS). Desenvolvida ao longo de 2012, a ação teve como objetivo apresentar alternativas para a destinação de embalagens pós-consumo. O projeto-piloto, que envolveu algumas regiões dos estados de São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Bahia e Mato Grosso, deverá ser concluído em 2013.

Com a meta de apontar soluções para o setor e promover sinergias, a iniciativa também realizou treinamentos para a capacitação de coordenadores regionais de operação (CROs) em sete centrais regionais, além de nove reuniões que ocorreram entre empresas participantes para direcionar as ações de divulgação e acompanhamento nos locais de recebimento, levantando-se fatores positivos e negativos. Até fevereiro de 2013, haviam sido recebidas 23 toneladas de sacarias.

Embalagens vazias de produtos saneantes

No período de novembro de 2011 a agosto de 2012, o inpEV conduziu um projeto-piloto para promover a correta destinação de embalagens vazias de produtos saneantes desinfetantes de uso profissional (para controle de pragas e vetores urbanos), nas regiões metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro e Recife, em parceria com a Associação Brasileira de Aerossóis e Saneantes Domissanitários (Abas).

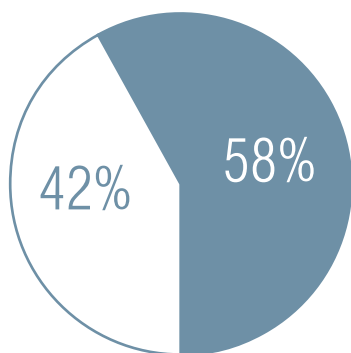
No total, 15.200 quilos de embalagens foram recolhidos e corretamente destinados no período. A iniciativa deu origem a um relatório com recomendações e orientações destinadas ao setor sobre como realizar esse tipo de trabalho.



< Tobias da Silva Mateus, 28, inspeciona e separa as embalagens que serão recicladas pela Campo Limpo Reciclagem e Transformação de Plásticos, em Taubaté (SP).

Distribuição de colaboradores

(por gênero – 2012)



Mulheres
 Homens

Público interno

Elos de integração

Os colaboradores que trabalham na unidade administrativa do inpEV, em São Paulo, nas centrais de Rondonópolis (MT) e de Taubaté (SP) e os coordenadores regionais de operação (CROs) formam o público interno do instituto. Eles têm estimulado a integração dos elos da cadeia do Sistema Campo Limpo por meio de ações e da coordenação de unidades de recebimento (postos ou centrais), em colaboração com distribuidores e cooperativas.

No fim de 2012, o inpEV contava com 47 colaboradores próprios e quatro terceirizados, um estagiário e um menor aprendiz, sendo 58% homens e 42% mulheres. O quadro funcional é composto, principalmente, por funcionários que ocupam o cargo de coordenação (32%), e mais da metade (62%) trabalha na Região Sudeste. Todos possuem contrato de trabalho indeterminado e cumprem uma jornada de trabalho integral, exceto estagiários e menores aprendizes, que têm carga horária menor (seis horas diárias). <LA1>

Os colaboradores do inpEV apoiam o trabalho dos agentes do Sistema Campo Limpo.

Número de colaboradores diretos e indiretos, por nível funcional (2010-2012)

<LA1>

Categoria	2010		2011		2012	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Diretoria	1	0	1	0	1	0
Gerência	2	3	2	3	3	2
Chefia/coordenação	9	5	11	6	11	6
Técnica/supervisão	0	2	0	3	0	3
Administrativo	4	7	4	8	4	8
Operacional	9	0	9	0	9	0
Terceiros	1	3	1	3	1	3
Aprendizes	0	0	1	0	1	0
Estagiários	0	2	0	1	1	0
Total por gênero	26	22	29	24	31	22
Total		48		53		53

NO QUADRO TOTAL DE COLABORADORES DO INPEV, QUE SE MANTÉM ESTÁVEL HÁ MAIS DE DOIS ANOS, 96,2% POSSUEM CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO INDETERMINADO

Número de colaboradores diretos e indiretos, por tipo de contrato de trabalho

<LA1>

(2010-2012)

Periodicidade do contrato	2010 ¹	2011 ¹	2012	
	Homens/ Mulheres	Homens/ Mulheres	Homens	Mulheres
Tempo determinado	1	0	2	0
Tempo indeterminado	47	53	29	22
Total por gênero	ND	ND	31	22
Total	48	53	53	

¹ Para 2010 e 2011, não há separação do número de colaboradores por gênero e tipo de contrato de trabalho. Com o aprimoramento do sistema de gestão, em 2012 foi possível apurar esses dados.
ND – não discriminado.

Número de colaboradores diretos e indiretos, por região

<LA1>

(2010-2012)

Região	2010 ¹	2011 ¹	2012	
	Homens/ Mulheres	Homens/ Mulheres	Homens	Mulheres
Região Sul	2	2	2	0
Região Sudeste	32	36	16	17
Região Centro-Oeste	13	13	11	3
Região Nordeste	1	2	2	1
Região Norte	0	0	0	1
Total por gênero	ND	ND	31	22
Total	48	53	53	

¹ Para 2010 e 2011, não há separação do número de colaboradores por gênero nas regiões de atuação do InPEV. Com o aprimoramento do sistema de gestão, em 2012 foi possível apurar esses dados.
ND – não discriminado.


Número de colaboradores diretos e indiretos, por tipo de emprego

<LA1>

(2010-2012)

Jornada de trabalho	2010 ¹	2011 ¹	2012	
	Homens/ Mulheres	Homens/ Mulheres	Homens	Mulheres
Jornada integral	48	52	29	22
Meio período	0	1	2	0
Total por gênero	ND	ND	31	22
Total	48	53	53	

¹ Para 2010 e 2011, não há separação do número de colaboradores por gênero e tipo de emprego. Com o aprimoramento do sistema de gestão, em 2012 foi possível apurar esses dados.
ND – não discriminado.



O SISTEMA CAMPO LIMPO
RESPONDE POR 1.500
EMPREGOS DIRETOS,
CONSIDERANDO TODA A
REDE DE UNIDADES DE
RECEBIMENTO (POSTOS E
CENTRAIS) E A UNIDADE DE
RECICLAGEM EM TAUBATÉ.

> Renata Silva Santos, 36, funcionária da Campo limpo Reciclagem e Transformação de Plásticos acompanha a produção das embalagens Ecoplastica Triex.

No balanço de 2012 (janeiro a dezembro), o inpEV contratou 19 colaboradores e dispensou outros 19, mantendo o mesmo número de colaboradores desde 2011. A taxa de contratação foi de 29% para os homens e de 10% para as mulheres, enquanto a de desligamento situou-se em 24% e 14%, respectivamente, o que elevou a quantidade de colaboradores masculinos em seus quadros. O maior número de contratações e dispensas ocorreu na Região Sudeste e entre colaboradores com idade de 36 a 45 anos. <LA2>

Nas unidades de recebimento de Rondonópolis (MT) e de Taubaté (SP), foram abertos em 2012, respectivamente, 11 e seis postos de trabalho. Considerando a unidade de reciclagem, também instalada na cidade paulista, e toda a rede de postos e centrais espalhada pelo país, atualmente o Sistema Campo Limpo responde por 1.500 empregos diretos. <EC9>

Em 2013, o inpEV adotará o sistema de avaliação de desempenho por metas individuais dos colaboradores.

Total de trabalhadores afastados por demissão, aposentadoria ou óbito

<LA2>

(2010-2012)

	2010		2011		2012	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Total por gênero	11 25%	4 9%	10 20%	3 6%	12 24%	7 14%
Total	15 34%		13 26%		19 38%	

Número total e taxa de trabalhadores contratados

<LA2>

(2010-2012)

	2010		2011		2012	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Total por gênero	13 30%	4 9%	13 27%	4 8%	14 29%	5 10%
Total	17 39%		17 35%		19 39%	

Número total e taxa de desligamentos, por faixa etária

<LA2>

(2010 – 2012)

Faixa etária	2010 ¹	2011 ¹	2012	
	Homens/ Mulheres	Homens/ Mulheres	Homens	Mulheres
18 a 35 anos	0	0	5 10%	2 4%
Entre 36 e 45 anos	8 18%	9 18%	6 12%	4 8%
Entre 46 e 60 anos	7 16%	4 8%	1 2%	1 2%
Acima de 60 anos	0	0	0	0

¹ Para 2010 e 2011, não há separação do número total por gênero e da taxa de desligamentos por faixa etária. Com o aprimoramento do sistema de gestão, em 2012 foi possível apurar esses dados.

Com a saída de uma funcionária que dividia suas funções entre o Departamento Financeiro e a área de Recursos Humanos, o inpEV contratou uma profissional para se dedicar exclusivamente à gestão de pessoas, o que permitirá uma maior estruturação da área e a intensificação das ações voltadas para as equipes, tanto na sede quanto nas centrais de Rondonópolis (MT) e de Taubaté (SP).

Em 2013, por exemplo, será adotada a avaliação de desempenho com contrato de resultado, modelo que se baseia em metas individuais, desenvolvido durante 2012.

Número total e taxa de contratações, por faixa etária

<LA2>

(2010-2012)

Faixa etária	2010 ¹	2011 ¹	2012	
	Homens/ Mulheres	Homens/ Mulheres	Homens	Mulheres
18 a 35 anos	0	1 2%	1 2%	2 4%
Entre 36 e 45 anos	5 11%	15 31%	9 18%	2 4%
Entre 46 e 60 anos	11 25%	1 2%	4 8%	1 2%
Acima de 60 anos	1 2%	0	0	0

¹ Para 2010 e 2011, não há separação do número total por gênero e da taxa de contratações por faixa etária. Com o aprimoramento do sistema de gestão, em 2012 foi possível apurar esses dados.

Número total e taxa de desligamentos, por região

<LA2>

(2010-2012)

Região	2010 ¹	2011 ¹	2012	
	Homens/ Mulheres	Homens/ Mulheres	Homens	Mulheres
Região Sul	0	0	0	0
Região Sudeste	7 16%	4 8%	5 10%	6 12%
Região Centro-Oeste	8 18%	9 18%	7 14%	1 2%
Região Nordeste	0	0	0	0
Região Norte	0	0	0	0

¹ Para 2010 e 2011, não há separação do número total por gênero e da taxa de desligamentos por região. Com o aprimoramento do sistema de gestão, em 2012 foi possível apurar esses dados.

Número total e taxa de contratações, por região

<LA2>

(2010-2012)

Região	2010 ¹	2011 ¹	2012	
	Homens/ Mulheres	Homens/ Mulheres	Homens	Mulheres
Região Sul	0	0	0	0
Região Sudeste	8 18%	8 16%	7 14%	5 10%
Região Centro-Oeste	9 21%	9 18%	6 12%	0
Região Nordeste	0	0	1 2%	0
Região Norte	0	0	0	0

¹ Para 2010 e 2011, não há separação do número total por gênero e da taxa de contratações por região. Com o aprimoramento do sistema de gestão, em 2012 foi possível apurar esses dados.

Contratações locais

<EC7>

O InpEV não possui política específica para o preenchimento de cargos por moradores das comunidades onde opera, mas prioriza a contratação local (municípios e suas cidades vizinhas, dependendo da operação e da estratégia).

Em seu quadro de funcionários, o instituto conta com um diretor-presidente e gerentes (quatro em São Paulo, responsáveis pelas áreas de Operações, Logística, Sustentabilidade e Administrativo-Financeira) e um gerente operacional na Central de Rondonópolis (MT). Por sua vez, os coordenadores regionais de operações são contratados, preferencialmente, em sua região, enquanto nas unidades de recebimento de Taubaté (SP) e de Rondonópolis (MT) todos os funcionários são da comunidade local.

<LA4>

Relações sindicais

O relacionamento com os sindicatos ocorre no caso dos funcionários da central de Rondonópolis (Sindicato do Comércio) e dos que se encontram na sede e na central de Taubaté (Sindicato dos Empregados em Entidades Sindicais Patronais da Indústria e em Associações Cívicas da Indústria no Estado de São Paulo – Seespi). Representados nas campanhas salariais, todos eles são contemplados por acordos de negociação coletiva.



O inpEV prioriza as contratações locais, adota uma política salarial compatível com a praticada pelo setor em que atua e oferece um plano de previdência privada para os colaboradores diretos, nas modalidades PGBL e VGBL.

> José Vanderlei Alves Junior, 21, contribui para a segurança do local de trabalho, ao organizar os fardos na central de Rondonópolis (MT).

Remuneração

Em sua política de remuneração, o inpEV utiliza o salário-mínimo (R\$ 622,00, em 31/12/12) como referência. Nas regiões em que mantém operações mais relevantes – na sede do instituto, em São Paulo, e nas duas centrais de recebimento, em Taubaté (SP) e em Rondonópolis (MT) –, apenas um funcionário (menor aprendiz) recebe o piso nacional. Os demais colaboradores ganham salários superiores a esse valor. <EC5>

Variação da proporção salarial¹, por gênero

<EC5>

(2010-2012)

	2010 ²		2011		2012	
	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem
São Paulo	134%	338%	118%	586%	146%	539%
Rondonópolis	113%	143%	159%	163%	170%	157%
Taubaté	257%	–	400%	100%	146%	193%

¹Variação da proporção do salário mais baixo comparado ao salário-mínimo local.

²Alteração dos dados de 2010 e 2011, em razão de correções nos cálculos anteriores.

Previdência privada

O inpEV mantém um plano de previdência privada (de adesão voluntária) para os funcionários de Taubaté, de Rondonópolis e da sede, em São Paulo, além dos coordenadores regionais de operações de outras dez cidades brasileiras (exceto os operadores das centrais de recebimento, estagiários e menores aprendizes).

O benefício é oferecido nas modalidades Vida Gerador de Benefício Livre (VGBL) e Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL). Há duas opções de contribuição para os beneficiários, de 3% e de 6% do salário bruto – sendo que o instituto contribui com o mesmo percentual escolhido pelo funcionário. Em 2012, os recursos aplicados somaram R\$ 209.291,34, o que representa uma média mensal de R\$ 17.440,95. Nesse período, 31 funcionários estavam vinculados ao plano de previdência privada. <EC3>

Conduta ética

<SO3, PR7, PR9, HR4, HR6 e HR7>

O inpEV não mantém um programa de treinamento formal e estruturado anticorrupção, mas, segundo seu Código de Conduta, entregue a todos os colaboradores logo no início de suas atividades e assinado por eles, o instituto empreende esforços para praticar o mais alto padrão de conduta ética, sem permitir ou facilitar atos e procedimentos que busquem meios para burlar restrições impostas por leis, regulamentos ou normas.


Dessa forma, procura evitar eventuais conflitos de interesse tanto por parte de seus colaboradores quanto por associadas, parceiros e fornecedores. Para os casos de relacionamento com os representantes de órgãos públicos (poderes Legislativo, Executivo e Judiciário e Ministério Público), é oferecido apoio para relatos de situações que possam configurar esse tipo de conflito, assessorando-os nas atitudes para solucioná-los. Tampouco se permite qualquer forma de concessão de vantagens ou privilégios a agentes públicos em função do cargo que ocupam. A orientação é que se prime pela ética nos assuntos que envolvam as atividades do instituto e o governo, em todas as esferas da administração pública.

Em 2012, não houve casos de não conformidade quanto a regulamentos e códigos voluntários de comunicação de *marketing*, publicidade, promoção ou patrocínio, bem como multas pelo não cumprimento de leis e regulamentos relativos ao fornecimento e ao uso de produtos e serviços.

Na sua trajetória de 11 anos, o inpEV jamais registrou casos (internos ou externos) de discriminação por motivos de origem étnica, cor, sexo, religião, ideologia, nacionalidade ou origem social, muito menos o risco de trabalho análogo ao escravo, infantil ou de jovens expostos a trabalho perigoso. Todos os funcionários são contratados sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), e os empregos criados pelas demais unidades de recebimento são formais, mantendo a mesma base de contratação.

Em sua trajetória de 11 anos, o inpEV jamais registrou casos de discriminação por quaisquer motivos. A orientação do Código de Conduta é que se mantenha a ética na abordagem de assuntos que envolvam o setor e nas atividades desenvolvidas pelo instituto.

> Segurança: dispositivo trava-quedas garante a integridade física dos funcionários das centrais de recebimento.



O CÓDIGO DE CONDUTA ORIENTA TODOS OS COLABORADORES DO INPEV A MANTER UM COMPORTAMENTO ÉTICO, COIBINDO EVENTUAIS PROCEDIMENTOS EM DESACORDO COM A LEI.

Benefícios trabalhistas

Os benefícios oferecidos pelo inpev a todos os colaboradores são:

- > Vale-alimentação/refeição;
- > Vale-transporte;
- > Seguro de vida;
- > Plano de saúde;
- > Cobertura para incapacidade/invalidez;
- > Reembolso de atividade física*;
- > Licença-maternidade/paternidade.

* Não disponível para os operadores das centrais de recebimento.

<LA3>

Análise de desempenho

<LA12>

Todos os colaboradores do inpev sempre recebem análises de desempenho profissional. Além disso, todos os funcionários administrativos, ou seja, exceto os operadores de centrais de recebimento, têm contratos de trabalho vinculados a metas.

Os contratos de resultados são firmados entre o líder e seu liderado, sendo que, a partir de 2013, passarão a ser revisitados três vezes por ano para o acompanhamento do desempenho e o monitoramento de metas e resultados, o que possibilita fazer correções de rumo ou adequação de metas, quando necessário.



Desempenho ambiental

Gestão busca a ecoeficiência

> Aparecido Silva dos Santos, 29, verifica a qualidade do pellet produzido pela Campo Limpo Reciclagem e Transformação de Plásticos.



No período de 2002 a 2012, graças às operações de logística reversa do Sistema Campo Limpo, deixaram de ser emitidas 343 mil toneladas de CO₂e.

O inpEV realiza, a cada dois anos, um estudo de socioeficiência, com base em metodologia desenvolvida pela Fundação Espaço Eco. O quinto estudo, que consolida os resultados ambientais do Sistema Campo Limpo entre os anos de 2002 e 2012, apresenta uma análise de ciclo de vida completo (ACV) NBR ISO 14040, considerando desde a fabricação das embalagens dos defensivos agrícolas, seus usos, a devolução pós-consumo nas unidades de recebimento, o transporte delas até a destinação final e o último destino propriamente dito (reciclagem ou incineração).

Estudos da Fundação Espaço Eco orientam o inpEV no monitoramento do ciclo de vida completo das embalagens vazias de defensivos agrícolas na cadeia de valor.

Os indicadores são obtidos a partir da comparação com um cenário sem a existência do programa de logística reversa, tendo-se em vista o consumo de energia, as emissões de gases de efeito estufa (GEE), o potencial de toxicidade, doenças e acidentes ocupacionais, o consumo de recursos naturais e o uso da terra. O compromisso com o meio ambiente, de fato, reflete-se em outro dado: o inpEV não recebeu multas ou sanções não monetárias em função de não conformidade com leis e regulamentos ambientais. <EN26>

De 2002 e 2012, o Sistema Campo Limpo evitou a emissão de 343 mil toneladas de CO₂e (gás carbônico equivalente) – o equivalente à queima de combustível suficiente para dar 1.515 voltas ao redor da Terra ou às emissões ocasionadas pela extração de 786 mil barris de petróleo. No mesmo período, 1,7 milhão de árvores deixaram de ser cortadas (*ver destaque*). <EN18 e EN26>

<EN26>

Redução do impacto ambiental

Energia

Desde 2002, o Brasil deixou de consumir energia elétrica equivalente ao abastecimento de 1,4 milhão de casas, ou aproximadamente 137 mil residências ao ano durante dez anos, em função das atividades realizadas no âmbito do Sistema Campo Limpo. Isso se deve, principalmente, ao fato de que a cadeia do plástico utiliza derivados de petróleo que demandam muita energia em sua cadeia de extração, transformação e transporte.

Efluentes

O consumo de água evitado foi de 36,4 bilhões de litros, o equivalente a 36 milhões de caixas de água de mil litros cada. Uma das principais razões para isso reside no fato de as recicladoras parceiras operarem com o uso do sistema fechado de água.

Emissões

A quantidade de CO₂e (gás carbônico equivalente) não emitida somou 343 mil toneladas, volume que seria emitido em 1.515 voltas ao redor da Terra.

Petróleo e gás natural

A contribuição do Sistema, nesse caso, equivale à não extração de 786 mil barris de petróleo entre 2002 e 2012, em grande parte por causa da cadeia do plástico.



A prática do frete de retorno traz vantagens econômicas e ganhos ambientais no uso do mesmo caminhão para o transporte das embalagens vazias de defensivos agrícolas.

Transporte racional

A forma de transporte das embalagens vazias das centrais de recebimento até o destino final prevê o aproveitamento do frete de retorno. Atualmente, a totalidade dos fretes nesse trajeto segue tal conceito, que consiste em utilizar o mesmo caminhão que partiu carregado com embalagens cheias para entrega nos pontos de revenda e/ou distribuição para levar as embalagens vazias para a reciclagem ou a incineração. Com essa medida, o inpEV custeia apenas um trecho do transporte. Além da vantagem econômica, há ganhos ambientais pelo aproveitamento do caminhão que já está em movimento, em vez de acionar outros, para transportar mais embalagens do Sistema Campo Limpo, o que reduz as emissões de gases de efeito estufa (GEE). <EN29>

Para retirar as embalagens vazias das unidades de recebimento e encaminhar ao destino ambientalmente correto final, o inpEV coordena uma complexa operação logística. Diversas melhorias operacionais são negociadas e estabelecidas diretamente com as centrais de recebimento, com a finalidade de aumentar a produtividade no transporte de embalagens por caminhão, destacando-se: revisão da dimensão e da amarração dos fardos; pressão de compactação das prensas; e melhores formas de carregamento. Em 2002, a média de embalagens transportadas era de 7.050 quilos por caminhão (média equivalente *truck*), indicador que, em 2012, atingiu 13.021 quilos, um aumento de 84,6% no período. Tal desempenho demonstra a eficácia do processo de melhoria contínua adotado desde o início das operações do sistema, o que, inclusive, levou o inpEV a superar a meta estabelecida para 2012, de 12.800 quilos.

Desde 2002, foram movimentados 71.953 caminhões em todo o Brasil. Em 2012, circularam 9.748 unidades, 2% menos que o total de 2011, para transportar 9,3% mais embalagens, o que representa ganhos de produtividade relacionados a três aspectos:

- > melhoria do equivalente *truck* de postos para centrais (aumento de 9,5% no volume das embalagens transportadas);
- > melhoria do equivalente *truck* de centrais para o destino final (aumento de 3,4% em relação a 2011, passando de 12.589 para 13.021);
- > menor quantidade de fretes de postos para centrais de recebimento.

Nos próximos anos, não devem ocorrer aumentos muito significativos no indicador equivalente *truck*, porque já se chegou bem próximo do limite de peso a ser colocado em um caminhão.

Durante o transporte de embalagens de defensivos agrícolas, nunca houve vazamentos. As cargas que seguem para reciclagem devem estar vazias, secas e limpas. Já as embalagens vazias que têm como destino a incineração estão acondicionadas em *bigbags* com *lines* (uma película que impede o vazamento).

O inpEV não monitora, contudo, dados sobre o transporte de trabalhadores.

Investimento ambiental

A indústria fabricante de defensivos agrícolas investiu, por meio do inpEV, R\$ 56,5 milhões no Sistema Campo Limpo, em 2012. No cômputo geral, porém, foram aplicados R\$ 81,7 milhões no período, dos quais R\$ 13,7 milhões destinados exclusivamente a diferentes iniciativas e ações de gestão ambiental (ver tabela). <EN30>

Total de investimento e gastos em proteção ambiental, por tipo

(R\$ mil)¹

<EN30>

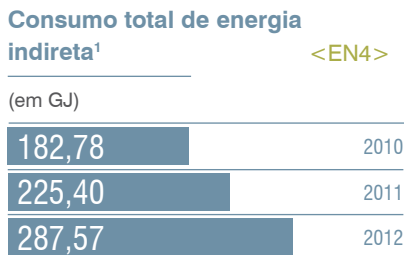
	2010	2011	2012
Custos com tratamento e disposição de resíduos	6.457	7.703	10.738
Incineração das embalagens não lavadas	5.789	6.869	6.940
Destinação de produtos obsoletos, impróprios (programa com estados e os projetos do PR e SP)	668	788	3.091
Destinação de produtos ilegais	0	0	300
Projetos-piloto de destinação de sacarias de sementes e saneantes	0	46	407
Custos em prevenção e gestão ambiental	2.859	3.264	3.038
Ações de educação ²	2.564	3.002	2.859
Monitoramento e prevenção	295	262	179
Total	9.316	10.967	13.776

Notas

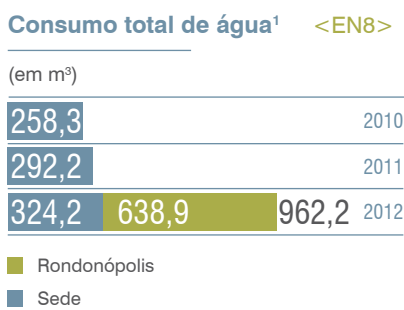
- (1) Não há gastos com o tratamento de emissões atmosféricas e remediação.
- (2) Englobam os investimentos em conscientização e educação, tais como: eventos, Dia Nacional do Campo Limpo, Programa de Educação Ambiental Campo Limpo, materiais produzidos para utilização em palestras e dias de campo, além de materiais utilizados pelos multiplicadores.

O inpEV também tem realizado gastos no monitoramento do solo e da água, além de prevenção ambiental, nas centrais de recebimento de São Paulo, visando identificar possíveis riscos de contaminação aos funcionários e ao meio ambiente. Exemplos disso são a verificação da quantidade de defensivos agrícolas, em partes por milhão (PPM), nos produtos finais reciclados e o controle da eficiência da tríplex lavagem.

A cada ano, um estado é escolhido, aleatoriamente, para a realização de testes com o propósito de verificar se esse processo tem sido realizado corretamente pelos produtores. Em 2012, as análises foram realizadas em centrais do Mato Grosso do Sul.



(1) Os resultados de 2010 e 2011 abrangem apenas a sede administrativa do inpEV. A partir de 2012, os resultados compreendem a sede administrativa e a unidade de recebimento de Rondonópolis (MT).



(1) Os resultados de 2010 e 2011 consideraram apenas a sede administrativa do instituto. A partir de 2012, os resultados também abrangem a unidade de recebimento de Rondonópolis (MT).

Os dados da sede administrativa são estimados, com um cálculo proporcional para o inpEV, uma vez que a conta de água é de todo o condomínio, englobando diversos conjuntos comerciais.

Consumo de energia <EN3 e EN4>

A energia elétrica consumida na sede administrativa do inpEV e nas unidades de recebimento diretamente gerenciadas pelo instituto é fornecida pela rede municipal e por concessionárias do sistema elétrico. Portanto, não há consumo de energia direta.

Em 2012, o consumo de energia indireta somou 287,57 GJ, um aumento de 27,58% sobre o total consumido em 2011, por conta da inclusão, no monitoramento, do consumo de 64,22 GJ da unidade de recebimento de Rondonópolis (MT).

No caso da unidade de recebimento de Taubaté (SP), os dados não são monitorados, uma vez que se encontra dentro da área da fábrica da Campo Limpo Reciclagem e Transformação de Plásticos. Por essa razão, não há como acompanhar, isoladamente, o consumo de energia da central de recebimento.

Em 2012, o consumo de água na unidade de recebimento de Rondonópolis passou a ser monitorado.

Consumo de água <EN8>

A água consumida pelo instituto é fornecida pela rede de abastecimento público. A partir de 2012, além do monitoramento do consumo na sede administrativa, em São Paulo, o inpEV passou a acompanhar também o volume consumido na central de recebimento de Rondonópolis, o que se refletiu em um aumento significativo no total computado. No balanço do ano, o consumo na sede administrativa foi de 324,2 m³ e, na unidade localizada no Mato Grosso, de 638,9 m³.

Em 2012, foram consumidos, ao todo, 962,2 m³. Pelo fato de a unidade de recebimento de Taubaté estar dentro da fábrica da Campo Limpo Reciclagem e Transformação de Plásticos, não é possível desmembrar seu consumo do da empresa.

Tanto na sede quanto em Rondonópolis (MT) e Taubaté (SP), são gerados apenas efluentes domésticos, sempre destinados à rede pública de saneamento disponível para tratamento. Por sua vez, o processo de lavagem das embalagens vazias pós-consumo não gera efluentes líquidos, uma vez que são lavadas pelo próprio agricultor, no momento de utilização do produto, para que a água proveniente do processo de lavagem possa ser despejada diretamente no tanque de pulverização e utilizada nas lavouras. <EN21>

Desempenho econômico

Balanço com dados positivos

R\$13,5mi

de abatimento nos investimentos das empresas associadas é uma das metas definidas para 2013.

Em 2012, o Sistema Campo Limpo absorveu investimentos da ordem de R\$ 87,7 milhões. Desse valor, 65% correspondem à contribuição das empresas fabricantes associadas (R\$ 56,5 milhões), e o restante provém de receitas obtidas pela taxa de credenciamento dos recicladores parceiros do sistema, ingresso para custeio das unidades de recebimento, arrendamento da Campo Limpo Reciclagem e Transformação de Plásticos e receitas auferidas de projetos, tais como os desenvolvidos para desinfestantes saneantes de uso profissional e sacarias de sementes.

Do total, 67% foram encaminhados para unidades de recebimento, logística e destinação final; 24%, para infraestrutura física, áreas financeira e contábil, recursos humanos e tecnologia da informação (TI); e 9%, para temas jurídicos, de educação e comunicação e de desenvolvimento tecnológico e projetos.

Em 2012, o total da receita gerada pelo inpEV aumentou para R\$ 89,3 milhões, ante R\$ 83,9 milhões em 2011, o que corresponde a uma evolução de 6,5% (*ver tabela*).

Evolução anual do valor adicionado

<EC1>

(2010-2012/em R\$ mil)

Demonstrativo de valor adicionado	2010	2011	2012
1 – Receitas ¹	82.257,00	83.905,00	89.335,00
2 – Insumos adquiridos de terceiros	55.292,00	59.951,00	67.897,00
3 – Valor adicionado bruto	26.965,00	23.954,00	21.438,00
4 – Retenções	1.764,00	2.045,00	4.267,00
5 – Valor adicionado líquido produzido	25.201,00	21.909,00	17.171,00
6 – Valor adicionado recebido em transferência	1.163,00	1.534,00	1.391,00
7 – Valor adicionado total a distribuir	26.364,00	23.443,00	18.562,00

¹ Inclui reversão de provisões, Cofins de arrendamento e despesas não operacionais.



(2010-2012/em R\$ mil)

	2010	2011	2012
Colaboradores (remuneração, benefícios e encargos para empregados)	- 7.134,00	- 8.666,00	- 9.796,00
Governo (impostos, taxas e contribuições)	- 1.823,00	- 2.107,00	- 2.530,00
Lucro retido/Prejuízo do exercício	- 17.060,00	- 12.290,00	- 5.878,00
Juros e aluguéis (remuneração de capital de terceiros)	- 347,00	- 380,00	- 358,00
Valor econômico acumulado (Valor econômico gerado – valor econômico distribuído)	- 1.163,00	- 1.534,00	- 1.391,00

¹ O inpEV é uma sociedade civil, de direito privado, sem fins lucrativos, constituída por um grupo de associados não remunerados. Por isso, não há remuneração de acionistas e investimentos diretos destinados à sociedade.

Compromisso cumprido

Pela primeira vez, em 2012 houve um abatimento da ordem de R\$ 8,5 milhões no total investido pelas empresas associadas.

Pela primeira vez, em 2012, o inpEV conseguiu reverter os recursos gerados pelo Sistema Campo Limpo em um abatimento de R\$ 8,5 milhões nos investimentos das empresas fabricantes associadas – cumprindo o compromisso assumido em Assembleia Geral realizada em 2011. Para 2013, a meta é elevar esse valor para R\$ 13,5 milhões. <1.2>

O novo sistema de validação *online* de registro das embalagens comercializadas trará mais agilidade e segurança das informações à gestão do sistema.

No campo tributário, o ano de 2012 terminou com uma economia de R\$ 267 mil em relação ao recolhimento da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) sobre o arrendamento pago pela Campo Limpo Reciclagem e Transformação de Plásticos ao instituto. O ganho foi possível graças à redução da alíquota aplicada, em razão de um benefício previsto em lei aplicável ao inpEV.

Outra conquista de 2012, na área financeira, foi a conclusão do sistema *online* de validação da quantidade de embalagens lançadas no mercado pelas empresas fabricantes associadas, em substituição ao método anterior, ou seja, o preenchimento manual de dados em uma planilha impressa. A mudança, a ser implantada em 2013, trará mais agilidade e aumentará a segurança da informação – que, entre outras finalidades, é usada para definir o valor da contribuição de cada associado ao inpEV –, uma vez que também possibilita validações e aprovações eletrônicas, além de procedimentos de auditoria.

Sobre o relatório

Relato aprimorado

O Relatório de Sustentabilidade 2012 abrange as atividades desenvolvidas pelo inpEV no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro. Este terceiro reporte anual, desenvolvido com base nas dimensões econômica, social e ambiental, contempla um conjunto de 35 indicadores definidos pelas diretrizes da Global Reporting Initiative (GRI), modelo de referência mundial adotado na elaboração de relatórios corporativos, na versão 3.1. <3.1, 3.2 e 3.9>

A publicação alcançou o nível de aplicação B, segundo os requisitos da GRI, o que também indica o aprimoramento de alguns aspectos do processo de relato em relação ao conteúdo do relatório do ciclo anterior (2011), desenvolvido com base na versão 3.0 das diretrizes internacionais e que atendeu aos parâmetros do nível C. <3.3>

O relato garante a continuidade do processo de prestação de contas, iniciado em 2004, para os principais públicos com os quais o inpEV se relaciona: agricultores, canais de distribuição e cooperativas, funcionários das unidades de recebimento do Sistema Campo Limpo, empresas e entidades associadas, parceiros institucionais, fornecedores, órgãos de imprensa, poder público e a sociedade em geral. <4.17>

Ao consolidar as principais iniciativas e o balanço de 2012, o relatório constitui uma fonte de consulta atualizada sobre a destinação final de embalagens pós-consumo de defensivos agrícolas no Brasil, considerado referência internacional pelos resultados que apresenta desde 2002, quando o Sistema Campo Limpo iniciou suas atividades.

Os indicadores de desempenho econômico e financeiro foram integralmente apurados segundo critérios definidos pelas normas brasileiras de contabilidade e devidamente analisados por auditoria externa e independente. Já os dados socioambientais, que abrangem tanto as atividades administrativas realizadas na sede do inpEV quanto as ações desenvolvidas no âmbito de todo o Sistema Campo Limpo, foram consolidados internamente, sem a análise e a validação de auditores externos. <3.6, 3.7, 3.8, 3.9 e 3.13>

Todas as áreas estruturadas do inpEV se envolveram nas diferentes etapas de elaboração deste relatório, cujo conteúdo foi definido internamente pelo instituto com o intuito de atender às demandas dos diferentes *stakeholders*. A comparabilidade com o conteúdo do relatório anterior (2011) está assegurada, sendo que eventuais alterações estão discriminadas no próprio texto ou em notas explicativas. <3.5 e 3.10>

Como forma de aprimorar ainda mais o processo de relato, o inpEV também decidiu realizar, no próximo ciclo, um primeiro teste de materialidade, envolvendo colaboradores, associados e especialistas, públicos mais próximos e com *expertise* no setor. Na prática, essa consulta ampliada visa manter o alinhamento do conteúdo a ser reportado às diferentes expectativas e necessidades de informação dos *stakeholders* sobre o conjunto de atividades desenvolvido pelo Sistema Campo Limpo, que tem possibilitado uma atuação integrada de diferentes atores, com responsabilidades compartilhadas, na cadeia de valor.

Nível de aplicação

O Relatório de Sustentabilidade 2012 atende os requisitos para o **nível B** de aplicação definidos pela Global Reporting Initiative (GRI), de acordo com os parâmetros apresentados no quadro a seguir:

		C	C+	B	B+	A	A+
Conteúdo do relatório	Perfil da G3 Resultado	Responder aos itens: 1.1; 2.1 a 2.10; 3.1 a 3.8, 3.10 a 3.12; 4.1 a 4.4, 4.14 a 4.15	Com verificação externa	Todos os indicadores de perfil e governança: 1.1-4.17	Com verificação externa	Todos os indicadores de perfil e governança: 1.1-4.17	Com verificação externa
	Forma de gestão da G3 Resultado	Não exigido.		Informações sobre a forma de gestão para cada categoria de indicador.		Forma de gestão divulgada para cada categoria de indicador.	
	Indicadores de desempenho da G3.1 e indicadores de desempenho do suplemento setorial Resultado	Mínimo de 10 indicadores de desempenho (essenciais ou adicionais), incluindo, ao menos, um de cada dimensão: econômica, ambiental e social. Se houver disponibilidade, podem ser reportados indicadores setoriais, contanto que sete não sejam setoriais.		Mínimo de 20 indicadores de desempenho (essenciais ou adicionais), incluindo, ao menos, um de cada dimensão. Se houver disponibilidade, podem ser reportados indicadores setoriais, contanto que 14 não sejam setoriais.		Reporte obrigatório dos indicadores setoriais após um ano do lançamento da versão final do suplemento.	

Índice remissivo GRI

<3.12>

Perfil	Descrição	Reportado	Página
ESTRATÉGIA E ANÁLISE			
1.1	Mensagem do presidente	Totalmente	8 e 9
1.2	Descrição dos principais impactos, riscos e oportunidades	Totalmente	8, 9, 22 e 24
PERFIL ORGANIZACIONAL			
2.1	Nome da organização	Totalmente	11
2.2	Principais marcas, produtos e/ou serviços	Totalmente	11
2.3	Estrutura operacional da organização	Totalmente	12, 13, 14 e 18
2.4	Localização da sede da organização	Totalmente	11
2.5	Países em que a organização opera e em que suas principais operações estão localizadas	Totalmente	13
2.6	Tipo e natureza jurídica da propriedade	Totalmente	11
2.7	Mercados atendidos	Totalmente	13
2.8	Porte da organização	Totalmente	15
2.9	Principais mudanças durante o período coberto pelo relatório	Totalmente	18, 33 e 69
Não houve mudança significativa no período coberto pelo relatório (2012).			
2.10	Prêmios recebidos no período coberto pelo relatório	Totalmente	69
O inpEV não recebeu prêmios no período coberto pelo relatório (2012).			
PARÂMETROS PARA O RELATÓRIO			
3.1	Período coberto pelo relatório para as informações apresentadas	Totalmente	6 e 67
3.2	Data do relatório anterior mais recente	Totalmente	67
3.3	Ciclo de emissão de relatórios	Totalmente	67
3.4	Dados para contato em caso de perguntas relativas ao relatório ou seu conteúdo	Totalmente	95
3.5	Processo para definição do conteúdo do relatório	Totalmente	6 e 68
3.6	Limites do relatório	Totalmente	67
3.7	Declaração sobre quaisquer limitações específicas quanto ao escopo ou ao limite do relatório	Totalmente	67
3.8	Base para a elaboração do relatório	Totalmente	67
3.9	Técnicas de medição de dados e as bases de cálculos	Totalmente	67
3.10	Reformulações de informações fornecidas em relatórios anteriores	Totalmente	68 e 69
Não houve mudanças de informações já publicadas no período coberto pelo relatório.			
3.11	Mudanças significativas de escopo, limite ou métodos de medição aplicados no relatório	Totalmente	69
Não houve mudanças significativas no período coberto pelo relatório.			
3.12	Tabela que identifica a localização das informações no relatório	Totalmente	69
3.13	Política e prática atual relativas à busca de verificação externa para o relatório	Totalmente	6 e 67

Perfil	Descrição	Reportado	Página
GOVERNANÇA, COMPROMISSOS E ENGAJAMENTO			
4.1	Estrutura de governança da organização, incluindo comitês do alto órgão de governança	Totalmente	20, 22, 23 e 70
O Conselho Diretor, com um total de cinco membros (e igual número de suplentes), é formado somente por homens. Há um integrante com mais de 60 anos; dois com idade entre 46 e 60 anos; e outros dois entre 36 e 45 anos. Não há nenhum que represente grupos de minorias. Trata-se de pessoas indicadas por diferentes empresas e, assim, cada um representa a sua respectiva empresa.			
4.2	Presidência do mais alto órgão de governança	Totalmente	70
O Conselho Diretor (CD) é escolhido por eleição direta com o voto de todas as empresas associadas ao inpEV, na Assembleia Geral Ordinária (AGO), sendo que o presidente do CD é eleito pelos seus próprios membros. A AGO, realizada duas vezes por ano, também é conduzida pelo presidente do CD.			
4.3	Membros independentes ou não executivos do mais alto órgão de governança	Totalmente	22, 23 e 70
Dada sua natureza jurídica, o inpEV não possui nenhum membro independente no Conselho Diretor ou na Assembleia Geral Ordinária.			
4.4	Mecanismos para que acionistas e empregados façam recomendações	Parcialmente	22, 23 e 70
O inpEV não possui mecanismos formais ou canais estruturados para que os colaboradores encaminhem recomendações ao mais alto órgão de governança.			
4.5	Relação entre a remuneração dos membros do mais alto órgão de governança, Diretoria Executiva e demais executivos e o desempenho da organização, incluindo aspectos sociais e ambientais	Totalmente	70
Não há uma relação direta entre a remuneração e o desempenho profissional desses membros, em termos de gestão da sustentabilidade.			
4.6	Processos para assegurar que conflitos de interesse sejam evitados	Totalmente	24
4.7	Processos para determinar a composição, a qualificação e a expertise dos membros do mais alto órgão de governança e seus comitês, incluindo qualquer consideração de gênero e outros indicadores de diversidade.	Totalmente	70
O Conselho Diretor, o mais alto grau de governança do inpEV, não atua com base em processos estruturados para definir a sua própria composição. O conselho é formado por cinco membros, representantes das empresas associadas, eleitos diretamente pela Assembleia Geral Ordinária (AGO), com reconhecida qualificação profissional para exercerem seus cargos nas respectivas companhias.			
4.8	Declarações de missão e valores, códigos de conduta e princípios internos relevantes	Totalmente	17 e 24
4.9	Procedimentos do mais alto órgão de governança para supervisionar a identificação e gestão do desempenho ambiental, social e econômico da organização, incluindo riscos e oportunidades relevantes e aderência ou atendimento a padrões e acordos internacionais, códigos de conduta e princípios	Totalmente	20, 22 e 70
O Conselho Diretor, atendendo às exigências da legislação federal que orientaram a criação do inpEV, acompanha sistematicamente o desempenho de suas atividades, nas dimensões econômica, social e ambiental, utilizando, entre outras referências, o Painel de Bordo, ferramenta que contempla um conjunto de 13 indicadores de gestão (<i>leia mais no capítulo Governança corporativa, às págs 20 e 22</i>)			
4.10	Processos para avaliar o desempenho do mais alto órgão de governança, especificamente em relação ao desempenho econômico, ambiental e social	Totalmente	70
Dada a natureza jurídica do inpEV, o Conselho Diretor não possui mecanismos de avaliação de seus próprios integrantes, eleitos diretamente pela Assembleia Geral Ordinária (AGO).			
4.11	Explicação de se e como a organização aplica o princípio da precaução	Totalmente	24
4.12	Cartas, princípios ou outras iniciativas desenvolvidas externamente que a organização apoia ou assina	Totalmente	70
Na condição de representante das empresas fabricantes de defensivos agrícolas, o inpEV não subscreve tais iniciativas ou documentos. Na prestação anual de contas aos seus stakeholders, porém, o instituto tem seguido, nos últimos anos, as diretrizes da Global Reporting Initiative (GRI).			
4.13	Participação em associações e/ou organismos nacionais/internacionais	Totalmente	70
O inpEV é membro honorário do CropLife Latin International e integra os comitês de Comunicação de duas de suas entidades associadas, a Associação Nacional de Defesa Vegetal (Andef) e o Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Agrícola (Sindag).			
4.14	Relação de grupos de stakeholders engajados pela organização	Totalmente	38
4.15	Base para a identificação e a seleção de stakeholders com os quais se engajar	Totalmente	38
4.16	Abordagens para o engajamento dos stakeholders	Totalmente	38, 41, 42 e 43
4.17	Principais temas e preocupações levantados por meio do engajamento dos stakeholders	Totalmente	38, 41, 42 e 43

Formas de gestão	Descrição	Reportado	Página
EC	Desempenho econômico	Parcialmente	45, 55, 64 e 66
	Presença no mercado	Parcialmente	54 e 55
	Impactos econômicos indiretos	Parcialmente	51
EN	Energia	Parcialmente	63 e 71
	Água	Parcialmente	63
	Emissões, efluentes e resíduos	Completo	30, 35, 59, 63 e 72
	Produtos e serviços	Completo	45, 46, 59, 60 e 72
	<i>Compliance</i>	Completo	72
	Transporte	Parcialmente	34, 35 e 61
	Geral	Completo	62
LA	Emprego	Parcialmente	49, 51, 52 e 57
	Relações entre o trabalho e a governança	Parcialmente	54
	Saúde e segurança no trabalho	Parcialmente	25
	Treinamento e educação	Parcialmente	57
HR	Não discriminação	Completo	56
	Trabalho infantil	Completo	56
	Trabalho forçado/escravo	Completo	56
SO	Corrupção	Parcialmente	56
	Políticas públicas	Completo	43 e 73
	<i>Compliance</i>	Completo	73
PR	Comunicação e <i>marketing</i>	Completo	44 e 56
	<i>Compliance</i>	Completo	56

Indicadores de desempenho

Indicadores de desempenho	Descrição	Reportado	Página
DESEMPENHO ECONÔMICO			
EC1	Valor econômico direto gerado e distribuído	Totalmente	64 e 66
EC3	Cobertura das obrigações do plano de pensão de benefício	Totalmente	55
EC4	Ajuda financeira significativa recebida do governo	Totalmente	45
Presença no mercado			
EC5	Varição da proporção do salário mais baixo comparado ao salário-mínimo local	Totalmente	55
EC7	Contratação local	Totalmente	54
Impactos econômicos indiretos			
EC9	Descrição de impactos econômicos indiretos significativos	Parcialmente	51
DESEMPENHO AMBIENTAL			
Energia			
EN3	Consumo de energia direta discriminado por fonte de energia primária	Totalmente	63
EN4	Consumo de energia indireta discriminado por fonte primária	Parcialmente	63 e 72
No Brasil, não é possível determinar com precisão qual o consumo de energia primária para a produção de energia indireta. As geradoras de energia disponibilizam a energia na mesma rede - o Sistema Interligado Nacional (SIN). Segundo o Balanço Energético Nacional de 2012, a energia hidráulica disponibilizada pelo SIN correspondeu a 81,9% do total ofertado, seguida por biomassa (6,6%), gás natural (4,4%), nuclear (2,7%), derivados de petróleo (2,5%), carvão e derivados (1,4%) e eólica (0,5%).			
Água			
EN8	Total de água retirada por fonte	Totalmente	63
Emissões, efluentes e resíduos			
EN18	Iniciativas para reduzir as emissões de gases de efeito estufa e as reduções obtidas	Totalmente	59
EN21	Descarte total de água, por qualidade e destinação	Totalmente	63 e 72
Os efluentes domésticos gerados pelas atividades do inpEV não são reutilizados por terceiros.			
EN22	Peso total de resíduos, por tipo e métodos de disposição	Totalmente	30
EN24	Peso de resíduos transportados considerados perigosos	Totalmente	35
Produtos e serviços			
EN26	Iniciativas para mitigar os impactos ambientais	Totalmente	45, 46, 59 e 60
O inpEV não registra impactos significativos relacionados à captação de água e à poluição sonora.			
EN27	Percentual de produtos e embalagens recuperados, por categoria de produto	Totalmente	30
Conformidade			
EN28	Valor de multas e número total de sanções resultantes de não conformidade com leis	Totalmente	72
Em 2012, o inpEV não recebeu qualquer multa ou sanção não monetária em razão de não conformidade com leis e regulamentos ambientais.			
Transporte			
EN29	Impactos ambientais referentes a transporte de produtos e de trabalhadores	Parcialmente	34, 35 e 61
Geral			
EN30	Total de investimentos e gastos em proteção ambiental	Totalmente	62

Indicadores de desempenho	Descrição	Reportado	Página
DESEMPENHO SOCIAL			
Emprego			
LA1	Total de trabalhadores, por tipo de emprego, contrato de trabalho e região	Totalmente	49 e 50
LA2	Número total e taxa de rotatividade de empregos, por faixa etária, gênero e região	Totalmente	51, 52 e 53
LA3	Comparação entre benefícios a empregados de tempo integral e temporários	Totalmente	57
Relação entre os trabalhadores e a governança			
LA4	Percentual de empregados abrangidos por acordo de negociação coletiva	Totalmente	54
Saúde e segurança no trabalho			
LA6	Percentual dos empregados representados em comitês formais de segurança e saúde	Totalmente	25
LA8	Programas de educação, prevenção e controle de risco	Totalmente	25 e 73
O inpEV não oferece programas desse tipo para familiares dos colaboradores, terceiros e suas famílias ou membros das comunidades em que atua.			
Treinamento e educação			
LA12	Percentual de empregados que recebem análises de desempenho	Totalmente	57
Não discriminação			
HR4	Número total de casos de discriminação e as medidas tomadas	Totalmente	56
Trabalho infantil			
HR6	Medidas tomadas para contribuir para a abolição do trabalho infantil	Totalmente	56
Trabalho forçado ou análogo a escravo			
HR7	Medidas tomadas para contribuir para a erradicação do trabalho forçado	Totalmente	56
SOCIEDADE			
Corrupção			
SO3	Percentual de empregados treinados nas políticas e procedimentos anticorrupção	Totalmente	56
Políticas públicas			
SO5	Posições quanto a políticas públicas	Totalmente	43
SO6	Políticas de contribuições financeiras para partidos políticos, políticos ou instituições	Totalmente	73
O inpEV não faz doações a partidos políticos, políticos ou instituições afins.			
Conformidade			
SO8	Descrição de multas significativas e número total de sanções não monetárias	Totalmente	73
O inpEV registra um litígio trabalhista significativo, no valor estimado de R\$ 40 mil. Mas não há histórico em arquivo de outras multas de valor semelhante ou sanções não monetárias resultantes da não conformidade em relação a leis ou regulamentos vigentes.			
RESPONSABILIDADE PELO PRODUTO			
Comunicação e marketing			
PR6	Programas de adesão a leis, normas e códigos voluntários	Totalmente	44
PR7	Casos de não conformidade relacionados à comunicação de produtos e serviços	Totalmente	56
Compliance			
PR9	Multas por não conformidade relativas ao fornecimento e uso de produtos e serviços	Totalmente	56



INSTITUTO NACIONAL DE PROCESSAMENTO DE EMBALAGENS VAZIAS

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012 e relatório dos auditores independentes

Relatório de
Sustentabilidade 2012

Anexo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Associados e Administradores Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias – inpEV

Examinamos as demonstrações financeiras do Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias – inpEV (o “Instituto”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração do Instituto é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos

de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras do Instituto para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do Instituto. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias - inpEV em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

São Paulo, 18 de fevereiro de 2013

**PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5**

Renato Barbosa Postal
Contador CRC 1SP187382/O-0

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro

(Em milhares de reais)

ATIVO	2012	2011	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2012	2011
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	26.268	24.685	Fornecedores	2.333	6.294
Contas a receber (Nota 7)	6.882	4.329	Salários e encargos sociais	1.872	1.512
Adiantamentos concedidos (Nota 8)	2.414	2.188	Tributos a pagar	241	166
Despesas do exercício seguinte	152	125	Provisão para contingências (Nota 12)	113	50
			Adiantamentos de associadas (Nota 13)	11.792	221
	35.716	31.327		16.351	8.243
Não circulante			Não circulante		
Realizável a longo prazo			Provisão para contingências (Nota 12)	6.306	3.731
Depósitos judiciais (Nota 12)	6.306	5.258			
Caução aluguel (Nota 9)	59	58	Total do passivo	22.657	16.022
	6.365	5.316			
Imobilizado (Nota 10)	52.188	45.073	Patrimônio líquido (Nota 14)		
Intangível (Nota 11)	292	332	Patrimônio social	71.904	66.026
	58.845	50.721	Total do patrimônio líquido	71.904	66.026
Total do ativo	94.561	82.048	Total do passivo e patrimônio líquido	94.561	82.048

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado – Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de reais)

	2012	2011 Reapresentado
Receita líquida das atividades (Nota 15)	87.691	84.143
Despesas das atividades		
Gerais e administrativas (Nota 20)	(81.700)	(72.887)
Outras perdas, líquidas	(95)	(48)
Provisão para créditos de realização duvidosa, líquido das reversões (Nota 7)	(1.409)	(452)
Despesas financeiras	(441)	(431)
Receitas financeiras	1.832	1.965
	(81.813)	(71.853)
Superávit do exercício	5.878	12.290

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

(Em milhares de reais)

	PATRIMÔNIO SOCIAL	SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO	TOTAL
Em 31 de dezembro de 2010	635	53.101	53.736
Destinação do superávit do exercício (Nota 2.2(a))	53.101	(53.101)	
Em 1º de janeiro de 2011	53.736		53.736
Superávit do exercício		12.290	12.290
Destinação do superávit do exercício	12.290	(12.290)	
Em 31 de dezembro de 2011	66.026		66.026
Superávit do exercício		5.878	5.878
Destinação do superávit do exercício	5.878	(5.878)	
Em 31 de dezembro de 2012	71.904		71.904

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos fluxos de caixa – Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de reais)

	2012	2011
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Superávit do exercício	5.878	12.290
Ajustes		
Depreciação e amortização	4.267	1.799
Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixado	222	394
Provisão para contingências	1.161	1.527
Provisão para créditos de realização duvidosa	1.592	1.293
	13.120	17.303
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber	(4.145)	(1.268)
Adiantamentos concedidos	(226)	59
Despesas do exercício seguinte	(27)	(74)
Depósitos judiciais	(1.048)	(1.527)
Caução aluguel	(1)	(15)
Fornecedores	(3.860)	(101)
Salários e encargos sociais	34	326
Tributos a pagar	35	40
Adiantamento de associadas	9.265	2.306
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	13.147	17.049
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições de bens do ativo imobilizado e intangível	(11.564)	(11.498)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(11.564)	(11.498)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	1.583	5.551
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	24.685	19.134
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	26.268	24.685

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

1 Informações gerais

O Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias (inpEV ou “Instituto”) foi fundado em 14 de dezembro de 2001, com prazo indeterminado de duração. É uma sociedade civil, de direito privado, sem fins lucrativos, que tem por objetivo gerir o processo de destinação final de embalagens vazias de agrotóxicos e afins no Brasil, dar apoio e orientação à indústria, aos canais de distribuição e aos agricultores no cumprimento das responsabilidades definidas pela legislação, promover a educação e a consciência de proteção ao meio ambiente e à saúde humana e apoiar o desenvolvimento tecnológico de embalagens de agrotóxicos e afins.

Para atingir seus objetivos, o Instituto depende fundamentalmente das contribuições feitas por suas associadas.

De acordo com a legislação em vigor, o Instituto goza de isenção de determinados tributos federais por se tratar de uma sociedade de caráter associativo.

A Lei no 9.718, de dezembro de 1998, estabelece normas para as entidades isentas do pagamento de imposto de renda (como é o caso do Instituto) e contribuição social. Por essa Lei, o Instituto, para manter a isenção, não deve apresentar superávit em suas contas ou, caso o apresente em determinado exercício, deve destinar esse resultado integralmente à manutenção e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais.

Em dezembro 2012, o Instituto apresentava 97 empresas associadas, todas fabricantes de agroquímicos (2011 - 87 empresas associadas).

1.1 Descrição do modelo de negócio

O Instituto, representante da indústria fabricante de produtos agroquímicos, possui a responsabilidade legal em dar a correta destinação final às embalagens vazias de seus produtos.

Para viabilizar essa operação, foram criadas as unidades de recebimento de embalagens vazias, que tem por objetivo otimizar o recebimento das mencionadas embalagens do meio rural, para que o Instituto lhes dê a destinação final ambientalmente adequada.

Uma vez recebidas nas Unidades de Recebimento de Embalagens Vazias (UREs) (postos ou centrais gerenciados por associação de revendas), o Instituto é responsável por sua destinação final que pode ser efetuada através de um processo de reciclagem ou incineração, dependendo das características técnicas das embalagens.

Concomitantemente, o Instituto celebra convênios com empresas recicladoras, tendo como objetivo, a cooperação técnica e operacional na área de reciclagem das embalagens vazias de produtos fitossanitários, recebidos nas UREs, passíveis de serem recicladas.

O envio das embalagens para o processo de reciclagem é efetuado pelo Instituto através de uma operação de simples remessa realizada pela central de recebimento para a empresa recicladora. Até novembro de 2009, esta operação foi suportada pela emissão de nota fiscal de venda por parte das associações de revendas, responsáveis pelas centrais de recebimento, para as empresas recicladoras.

(a) Taxa de credenciamento de recicladores

O Instituto recebe das empresas recicladoras, uma taxa denominada taxa de credenciamento de recicladores (anteriormente ao exercício de 2012 denominado de taxa tecnológica - credenciamento), correspondente (i) a transferência de conhecimento, às recicladoras, relativamente ao processo de utilização das embalagens vazias derivadas da indústria agroquímica na elaboração de novos artefatos, bem como, (ii) treinamentos dados aos funcionários das recicladoras quanto a gestão adequada das embalagens vazias de produtos fitossanitários.

(b) Ingressos para custeio de UREs

Pelas embalagens recebidas, as recicladoras efetuam, adicionalmente, um pagamento ao Instituto, a título de ingressos para custeio de UREs (anteriormente ao exercício de 2012, denominada de taxa tecnológica - remessa). Os ingressos para custeio de UREs são utilizados como forma de ressarcir os custos incorridos pelas centrais e postos com o processo de recebimento de embalagens vazias e preparação para envio ao seu destino final.

Este recurso, recebido das recicladoras pelo Instituto é transferido às associações de revendedores, responsáveis pela gestão das UREs, a título de reembolso pelas despesas e custos incorridos no processo de preparação das embalagens vazias para serem enviadas ao destino final, mediante um processo criterioso de prestação mensal de contas.

A administração do Instituto, em conjunto com seus advogados, efetuou uma análise profunda do seu modelo de negócio e, a partir de dezembro de 2009, estabeleceu alterações nos seus processos cujo novo modelo considera a entrega de embalagens vazias pelas associações de revenda às recicladoras por valor simbólico e mediante emissão de nota fiscal de simples remessa.

As taxas de credenciamento e de ingresso para custeio das UREs são apuradas com base no quilo do produto entregue às recicladoras e representam, respectivamente, de 30% a 40% e de 60% a 70% do volume de produtos processados.

(c) Destinação dos recursos

Enquanto que os ingressos para custeio das UREs são periodicamente transferidos para as associações de revendas para a manutenção das operações das UREs, os recursos obtidos na forma de taxa de credenciamento de recicladores são utilizados para a expansão da fábrica recicladora, propriedade do Instituto arrendado para a empresa Campo Limpo - Reciclagem e Transformação de Plásticos S.A. e cujos acionistas são os associados do inpEV (Nota 10), na cidade de Taubaté - estado de São Paulo.

(d) Avaliação das incidências tributárias nas operações do Instituto

Concomitante com a análise do novo modelo de negócios e, com o objetivo de afastar, ou minimizar, os riscos decorrentes de eventual interpretação sobre a incidência de tributos sobre as operações realizadas, a administração do Instituto solicitou aos seus advogados um estudo detalhado de tributação das suas operações o qual conclui que as receitas auferidas com a operação do novo modelo de remessa não estão sujeitas a incidência de quaisquer impostos ou contribuições.

Durante 2012, ocorreram alterações nas nomenclaturas dos recursos recebidos das recicladoras, conforme mencionadas em 1.1(a) e (b), acima. Estas alterações decorreram de recomendação dos advogados do Instituto e tem por objetivo demonstrar de forma exata a origem dos recursos e, principalmente, sua destinação, definida em estatuto social.

1.2 Unidade de negócio gestão

A administração das atividades do Instituto é efetuada por meio de três segmentos, conforme apresentados a seguir:

(a) Processo básico – destina-se esse segmento à construção, à manutenção e à concessão de subsídios às unidades de recebimento; ao transportes das embalagens vazias dos postos para as centrais e destas para o destino final (recicladora ou incineradora), à operação logística da movimentação das embalagens vazias por todo o território nacional e à incineração das embalagens vazias.

(b) Processo de suporte – destina-se esse segmento às comunicação e divulgação das operações do Instituto, à educação, treinamento e conscientização das partes

envolvidas e interessadas, ao apoio jurídico e projetos.

(c) Processo administrativo – destina-se esse segmento à manutenção da área Administrativa do Instituto, incluindo toda parte de pessoal.

1.3 Unidade de negócio recicladora

Com o objetivo de atingir a autossustentabilidade do modelo de negócios do Instituto, a partir de 2006, iniciou a construção de uma unidade recicladora (Campo Limpo Reciclagem e Transformação de Plásticos S.A. - “Campo Limpo S.A.”) que absorverá parte das embalagens recebidas nas centrais de recebimento de embalagens e que serão destinadas à fabricação de novas embalagens plásticas. Dessa forma, ao longo dos exercícios de 2006 a 2012, o Instituto efetuou investimentos na construção e montagem e expansão desta unidade fabril no valor total de R\$ 51.841 (2011 - R\$ 41.536).

1.4 Campo Limpo - Reciclagem e Transformação de Plásticos S.A.

O Instituto tem como um dos seus objetivos a autossustentabilidade econômica do programa de logística reversa das embalagens vazias de agrotóxicos por meio de verticalização do processo de recolhimento e destinação dessas embalagens. Para atingir este objetivo, foi estabelecido um plano de investimento estruturado em quatro fases: primeira fase - reciclagem de plásticos rígidos; segunda fase - transformação de plásticos rígidos em embalagens, terceira fase - reciclagem de plásticos flexíveis e quarta fase - transformação plásticos flexíveis.

Em 2006, os associados do Instituto aprovaram a implantação das fases 1 e 2, o qual resultou na construção e estruturação da companhia Campo Limpo - Reciclagem e Transformação de Plásticos S.A., cujo objetivo é a reciclagem de embalagens vazias e fabricação de embalagens nos padrões exigidos pelos seus associados, os quais são fabricantes de produtos fitossanitários.

Em 18 de abril de 2011, foi deliberado em Assembleia Geral Ordinária, a decisão de abandonar as fases 3 e 4, e ampliar a fase 1 e 2 direcionando investimentos para a compra de equipamentos de sopro (fabricação de embalagens), e ampliação do prédio da fábrica.

A ampliação das fases 1 e 2 implicará na aquisição de quatro equipamentos de sopro representando investimentos na ordem de R\$ 20.000 (não auditado). Até dezembro de 2012, dois desses equipamentos já haviam sido adquiridos e estima-se a finalização dos investimentos em dezembro de 2013.

1.5 Projetos-piloto – saneantes e sementes

O projeto piloto de logística reversa para as embalagens vazias de desinfestantes de uso restrito às empresas especializadas (saneantes) teve duração de nove meses e envolveu as regiões metropolitanas de São Paulo - SP, Rio de Janeiro - RJ e Recife - PE, auferindo receitas e custos ao inpEV no valor de R\$ 407.

Este projeto, concebido como piloto, tinha por objetivo apresentar ao setor possíveis soluções para a destinação final de suas embalagens vazias, cujo perfil técnico é muito próximo às embalagens do setor de agroquímicos. Com o encerramento do projeto em 30 de agosto de 2012, foi entregue um relatório final à ABAS - Associação Brasileira de Aerossóis e Saneantes Domissanitários, representante do setor e também associada ao inpEV, que decidiu, temporariamente, não prosseguir com um projeto.

Ao longo de 2012, foi desenvolvido um novo projeto piloto de logística reversa para sacarias de sementes de milho e algodão tratadas com defensivos agrícolas, em conjunto com a APPS - Associação Paulista dos Produtores de Sementes e Mudanças e com término previsto para abril de 2013, envolvendo algumas regiões dos estados de São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Bahia e Mato Grosso. Em 2012, este projeto piloto auferiu receitas e custos ao inpEV no valor de R\$ 337.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo as disposições da Resolução do Conselho Federal de Contabilidade no 1.409/12, que aprovou a Interpretação Técnica ITG 2002 - “Entidades sem Finalidade de Lucros” e nos pronunciamentos técnicos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração do

Instituto no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pelos Conselhos Fiscal e Diretor do Instituto em 18 de fevereiro de 2013.

2.2 Reapresentação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

(a) Destinação do superávit do exercício

De acordo com o parágrafo 15 da ITG 2002, vigente a partir de 21 de setembro de 2012, o valor do superávit ou déficit do exercício deve ser incorporado ao patrimônio social ou, em caso de restrição para aplicação, deve ser reconhecida em conta específica do patrimônio líquido.

Em atendimento a este novo requerimento, a administração do Instituto efetuou a destinação do superávit acumulado até 31 de dezembro de 2010 para a rubrica de patrimônio social.

(b) Apresentação do valor justo do trabalho voluntário

Conforme estabelece o parágrafo 19 da ITG 2002, o trabalho voluntário deve ser reconhecido pelo valor justo da prestação de serviço como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro.

A administração efetuou, com base em valores de remuneração de mercado para profissionais que atuam nas funções de membros dos conselhos fiscal e diretor do Instituto, registro contábil dos valores apurados na demonstração do resultado do exercício de 2012 e, para fins de comparabilidade, procedeu aos seguintes ajustes contábeis na demonstração do resultado de 2011:

	2011		
	Anteriormente apresentado	Ajuste	Reapresentado
Receitas das atividades			
Trabalho voluntário	83.791	352	84.143
Despesas das atividades			
Trabalho voluntário	(72.535)	(352)	(72.887)

2.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos e com risco insignificante de mudança de valor.

2.4 Ativos financeiros

2.4.1 Classificação

O Instituto classifica seus ativos financeiros na categoria de empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis do Instituto compreendem “Caixa e equivalentes de caixa” e “Contas a receber”.

2.4.2 *Impairment* de ativos financeiros

Ativos mensurados ao custo amortizado

O Instituto avalia no final de cada período do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um “evento de perda”) e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Evidência objetiva de *impairment* poderia incluir, dentre outras:

- > dificuldade financeira significativa de recebimento da associada;
- > inadimplência ou mora no pagamento de juros ou do principal;
- > quando se torna provável que o devedor entrará em falência ou em recuperação judicial.

Para os ativos financeiros registrados ao valor de custo de amortização, o valor do *impairment* corresponde à diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontada na taxa de

juros efetiva original do ativo financeiro. O valor contábil é reduzido diretamente pela perda por *impairment* para todos os ativos financeiros.

2.5 Contas a receber

As contas a receber, representadas pelos valores devidos por associadas e decorrentes da contraprestação dos serviços prestados pelo Instituto na consecução de suas atividades, são inicialmente reconhecidas pelo valor da transação e subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado, menos a provisão para créditos de realização duvidosa.

Uma provisão para créditos de realização duvidosa é constituída quando existe uma evidência objetiva de que o Instituto não receberá todos os valores devidos de acordo com as condições originais das contas a receber.

O prazo médio de recebimento do saldo de contas a receber é de 30 dias.

2.6 Adiantamentos concedidos

Os adiantamentos concedidos, representados por recursos antecipados às centrais e postos para suportar as necessidades de caixa de curto prazo, são avaliados pelo custo.

2.7 Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais são aqueles que se promovem em juízo em conta bancária vinculada a processo judicial, sendo realizado em moeda corrente com o intuito de garantir a liquidação de potencial futura obrigação e só podem ser movimentados mediante ordem judicial. Estes depósitos são atualizados monetariamente de acordo com as normas legais.

2.8 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos que se qualifiquem para a capitalização dos juros.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, conforme segue:

	ANOS
Edificações	50 - 60
Equipamentos e instalações	10-15
Veículos	5
Móveis e utensílios	12 - 16
Outros	10

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em “Outros ganhos (perdas), líquidos”, na demonstração do resultado.

2.9 Arrendamento mercantil

Os arrendamentos mercantis nos quais uma parte significativa dos riscos e benefícios de propriedade ficam com o arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos feitos para os arrendamentos operacionais (líquido de todo incentivo recebido do arrendador) são apropriados ao resultado pelo método linear ao longo do período do arrendamento.

2.10 Intangível

As licenças de *software* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável de três a cinco anos.

2.11 Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não

financeiros que tenham sofrido *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório.

2.12 Contas a pagar aos fornecedores

São obrigações a pagar substancialmente representadas por despesas incorridas pelas associações de revendas no processo de manutenção das unidades de recebimento das embalagens.

As contas a pagar são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.13 Provisões

O Instituto reconhece um gasto como provisão quando: (a) tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos passados, (b) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e (c) o valor tiver sido estimado com segurança. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.14 Benefícios a empregados – bônus

O Instituto reconhece um passivo e uma despesa para pagamento de bônus com base em metas atingidas por seus empregados. O reconhecimento do bônus é usualmente efetuado por ocasião do encerramento do exercício, momento em que o valor pode ser mensurado de maneira confiável pelo Instituto.

2.15 Reconhecimento de receita e correspondentes despesas

A receita compreende o valor presente das contribuições das associadas, taxa de credenciamento de recicladores, ingresso para custeio de UREs, receita de arrendamento mercantil operacional e contribuições extraordinárias dos associados para o investimento na Campo Limpo S.A.

Os valores relacionados com a unidade de negócio de gestão do sistema de logística reversa das embalagens vazias de agrotóxicos são reconhecidos como receita do

exercício na medida em que são incorridos os custos e despesas para administrar o sistema.

Os valores relacionados com a unidade de negócio recicladora são contabilizados como receita do exercício quando os custos são incorridos.

(a) Contribuições das associadas

Considerando que as contribuições das associadas são efetuadas para custear todas as despesas com o processo de recebimento, transporte, incineração de embalagens vazias, entre outros, é considerado contribuições de associados o montante correspondente aos custos e despesas incorridos. Contribuições das associadas que ultrapassam o montante dos custos e despesas incorridos são contabilizadas na rubrica «Adiantamento de associadas», no passivo circulante.

(b) Taxa de credenciamento de recicladores

O montante da taxa de credenciamento de recicladores é calculado com base no volume de embalagens recebidas e destinadas para a reciclagem e reconhecida por ocasião da efetiva entrega das embalagens vazias às recicladoras. Equivale a aproximadamente 30% a 40% do valor obtido com o envio das embalagens para reciclagem e os recursos são aplicados no plano de investimentos do Instituto aprovado por seus associados em 2008, e que atualmente, contempla a ampliação da unidade recicladora em Taubaté cuja operação está sob a responsabilidade da empresa Campo Limpo Reciclagem e Transformação de Plásticos S.A.

(c) Ingressos para custeio de URES

Os ingressos para custeio de URESs, correspondentes a 60% a 70% do valor obtido com o envio das embalagens para reciclagem e aplicados na unidade de negócios gestão do sistema de logística reversa das embalagens vazias, são reconhecidos no momento da entrega efetiva aos recicladores.

(d) Arrendamento mercantil operacional

As receitas com arrendamento mercantil operacional são reconhecidas pelo regime de competência dos exercícios com base em um percentual da receita líquida mensal das vendas de produtos da Campo Limpo S.A.

(e) Contribuições extraordinárias (repasso dos dividendos dos associados/ acionistas da Campo Limpo S.A.)

São recursos repassados pelos associados do Instituto, os quais são também acionistas da Campo Limpo S.A., provenientes dos recursos originados dos dividendos pagos pela Campo Limpo S.A. aos associados-acionistas no

encerramento de cada exercício social. Portanto, o Instituto reconhece como receita os valores aprovados em Assembleia Geral Ordinária da Campo Limpo S.A., prevista para ocorrer em abril do exercício seguinte.

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros.

O Instituto faz estimativas e estabelece premissas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes ficam próximas aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício estão contempladas a seguir:

(a) Processo de gestão da destinação final das embalagens vazias dos produtos fitossanitários e tributação da taxa de credenciamento

Até novembro de 2009, as associações de revendas vinham efetuando a venda das embalagens vazias às recicladoras. O Instituto, por sua vez, recebia valores das recicladoras a título de taxa tecnológica, que seria devida em função do credenciamento das recicladoras, pela transferência de conhecimento relativamente ao processo de reciclagem de resíduos plásticos, da confecção de novos artefatos a partir deste material, bem como em função do treinamento dos profissionais das recicladoras para a adequada gestão das embalagens vazias de produtos fitossanitários.

Com o propósito de afastar quaisquer questionamentos fiscais que porventura pudessem existir sobre a operação de venda de embalagens pelos participantes do sistema, e tendo em vista que a propriedade das embalagens é detida pelos fabricantes de produtos fitossanitários, a administração do Instituto, apoiada por estudos realizados por advogados externos, procedeu a alterações em seu modelo de negócio (Nota 1.1).

Com a implementação do novo modelo de negócio a partir de 1º de dezembro de 2009, o procedimento de venda das embalagens vazias às recicladoras foi descontinuado, sendo que o montante que anteriormente correspondeu ao pagamento das recicladoras às associações de revendedores pelo recebimento das embalagens vazias, foi incorporado ao valor dos ingressos para custeio das URES e passou a ser cobrado diretamente pelo Instituto. Em contrapartida, parcela dos ingressos para custeio das URES recebidos pelo Instituto passou a ser utilizado para subsidiar parte

dos custos incorridos pelas unidades de recebimento das embalagens vazias, as quais incluem as associações de revendedores.

O Instituto, baseado em estudo elaborado por seus advogados externos, entende não ser necessário o recolhimento de qualquer tributo sobre as operações de remessa de embalagens.

(b) Provisão para contingências tributárias e trabalhistas

Como descrito na Nota 12 às demonstrações financeiras, o Instituto discute nos tribunais a tributação da COFINS sobre taxa tecnológica e discute verbas rescisórias com ex-funcionários. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais que representem perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A administração acredita que essas provisões para riscos tributários e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras.

4 Gestão de risco financeiro

4.1 Fatores de risco financeiro

O Instituto está exposto aos seguintes riscos financeiros: risco de crédito e risco de liquidez.

(a) Risco de crédito

O Instituto realiza aplicações financeiras em instituições financeiras de primeira linha com objetivo de minimizar riscos de liquidez.

(b) Risco de liquidez

É um risco de o Instituto não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área Financeira.

4.2 Gestão de capital

Os objetivos do Instituto ao administrar seu capital social são os de salvaguardar a sua capacidade de continuidade para reinvestimento, além de manter uma estrutura de capi-

tal que seja suficiente para cumprir com suas obrigações de curto prazo.

5 Instrumentos financeiros por categoria

Os ativos financeiros do Instituto representados por caixa e equivalentes de caixa (substancialmente aplicações financeiras em fundos de investimento), contas a receber de associadas e depósitos judiciais, são todos classificados na categoria de empréstimos e recebíveis.

Os passivos financeiros como fornecedores, adiantamento de associados e recicladores e provisões para contingências, são classificados como outros passivos financeiros.

6 Caixa e equivalentes de caixa

	2012	2011
Caixa	5	2
Bancos conta-movimento	1.681	2.791
Fundos de investimento (*)	24.582	21.892
	26.268	24.685

(*) O montante representa o numerário aplicado em fundos de investimentos financeiros remunerados com base na variação de 107% do Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI) no Banco Itaú S.A. (2011 – 106%).

Conforme prevê o estatuto social do Instituto, os recursos mantidos em caixa e equivalentes de caixa têm as seguintes destinações:

	2012	2011
Investimentos nas atividades	21.071	16.304
Investimentos em Taubaté	3.511	5.588
	24.582	21.892

7 Contas a receber

	2012	2011
Contribuições de associadas		
Agroquímicos	2.578	1.626
Saneantes		308
Sementes	346	15
Taxa de recicladores		
Credenciamento de recicladores	2.226	830
Ingresso para custeio de Urês	3.580	2.014
Provisão para créditos de realização duvidosa	(2.309)	(900)
Arrendamento operacional – Campo Limpo S.A.	446	395
Outras contas a receber	15	41
	6.882	4.329

As movimentações na provisão para créditos de realização duvidosa de contas a receber de clientes do Instituto são as seguintes:

	2012	2011
Em 1º de janeiro	(900)	(448)
Adições (*)	(1.592)	(1.293)
Baixas por recebimento	183	841
Em 31 de dezembro	(2.309)	(900)

(*) As principais ocorrências do exercício decorrem das contribuições não pagas pelas associadas Fersol Indústria e Comércio Ltda. e Oxiquímica Agrociência Ltda. nos valores de R\$ 1.129 (provisão constituída em 2011 - R\$ 526) e R\$ 463, respectivamente.

A provisão para créditos de realização duvidosa foi constituída com os principais critérios a seguir descritos:

- > Análise dos saldos em aberto de associadas com títulos vencidos há mais de 180 dias.
- > Parcelamento de débitos (renegociações) vencidos.

Em reunião mantida com os administradores da Fersol em 5 de fevereiro de 2013, foi declarada formalmente ao Instituto a incapacidade de quitar a dívida em aberto correspondentes aos períodos de 2012 e de 2011 (constituída provisão de 50% da dívida em aberto). Dadas às circunstâncias, em 31 de dezembro de 2012, foi constituída provisão para a totalidade dos valores a receber em 31 de dezembro de 2012, no valor de R\$ 1.655.

Em 6 de julho de 2012, a associada Oxiquímica assinou termo de confissão de dívida em aberto no total de R\$ 624 (valor original de R\$ 463), acrescidos de juros e correção monetária, para pagamento em 15 parcelas. Ao longo do exercício de 2012, a Oxiquímica quitou apenas 4 parcelas sendo a última em 15 de outubro de 2012. De acordo com a política do inPEV de constituir provisão para os casos de renegociação não pagas e, considerando tratar-se da

terceira confissão de dívida desta associada, foi constituída provisão para créditos de realização duvidosa para a totalidade do saldo.

Os valores a receber apresentam os seguintes prazos de vencimento:

	2012	2011
A vencer	4.912	2.902
Vencidos		
Até 60 dias	1.320	826
De 61 a 90 dias	409	355
De 91 a 180 dias	554	420
De 180 a 360 dias	622	612
Superiores a 360 dias	1.374	114
	9.191	5.229

8 Adiantamentos concedidos

	2012	2011
Adiantamentos de férias	152	220
Adiantamentos para centrais e postos (*)	2.201	1.915
Outros adiantamentos	61	53
	2.414	2.188

(*) Conforme acordo firmado com as associações de revendas responsáveis pela administração das centrais e dos postos de recebimento de embalagens vazias, vigente até novembro de 2009, o Instituto foi responsável por parte dos custos incorridos e respectivos déficits apurados. Com a vigência do novo modelo de negócios (Nota 1.1), a partir de dezembro de 2009, o Instituto passou a ser responsável pela gestão dos recursos gerados pela remessa das embalagens aos recicladores e ressarcimento da totalidade dos custos incorridos pelas associações de revendas.

Em certas circunstâncias, o Instituto concede adiantamentos às centrais e postos, com base na média dos últimos três meses do total das despesas apresentadas pela central. Tais adiantamentos são baixados por meio de apresentação da documentação-suporte dos gastos incorridos.

9 Caução aluguel

O saldo de R\$ 59 (2011 - R\$ 58) está representado pelo valor do depósito em caderneta de poupança, acrescido de juros, referente à caução definida no contrato de locação do imóvel onde está instalada a sede do Instituto. Ao final do contrato, o valor será resgatado.

10 Imobilizado

	TERRENOS	EDIFICAÇÕES E BENFEITORIAS	EQUIPAMENTOS E INSTALAÇÕES
Saldos em 31 de dezembro de 2010	336	10.404	6.420
Aquisição		35	1.510
Transferência		5.690	19.064
Baixa		(21)	
Depreciação		(498)	(1.054)
Saldos em 31 de dezembro de 2011	336	15.611	25.940
Custo total	336	17.275	29.527
Depreciação		(1.664)	(3.587)
Saldos em 31 de dezembro de 2011	336	15.611	25.940
Aquisição	95	132	1.442
Transferência			5.032
Baixa		(25)	(108)
Depreciação		(692)	(3.089)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	431	15.026	29.217
Custo total	431	17.382	35.652
Depreciação		(2.356)	(6.435)
Valor residual	431	15.026	29.217

VEÍCULOS	MÓVEIS E UTENSÍLIOS	OUTROS	TOTAL EM OPERAÇÃO	OBRAS E MÁQUINAS ANDAMENTO	IMOBILIZADO TOTAL
809	357	42	18.368	17.369	35.737
438	109	1	2.094	9.265	11.359
47			24.801	(24.801)	
(363)	(5)		(389)		(389)
(13)	(55)	(14)	(1.634)		(1.634)
918	406	29	43.240	1.833	45.073
1.834	623	127	49.722	1.833	51.555
(916)	(217)	(98)	(6.482)		(6.482)
918	406	29	43.240	1.833	45.073
254	72		1.995	9.466	11.461
			5.032	(5.032)	
(68)	(8)	(5)	(214)	(2)	(216)
(276)	(62)	(11)	(4.130)		(4.130)
828	408	13	45.923	6.265	52.188
1.401	669	59	55.594	6.265	61.859
(573)	(261)	(46)	(9.671)		(9.671)
828	408	13	45.923	6.265	52.188

Com o objetivo de promover a autossustentabilidade econômica do sistema Campo Limpo (logística reversa das embalagens vazias de defensivos agrícolas) beneficiando todos os elos da cadeia, os associados constituíram uma entidade em separado, denominada Campo Limpo Reciclagem e Transformação de Plásticos S.A. ("Campo Limpo S.A."). Os ativos da Campo Limpo S.A. foram adquiridos pelo inpEV e estão registrados como imobilizado do Instituto. Além desses ativos, há planos de expansão em que se estimam investimentos, até 2013, de aproximadamente R\$ 11.000 (não auditado), a preços de 31 de dezembro de 2012 (Nota 1.4).

Em 1º de maio de 2008, o Instituto firmou contrato de locação do imóvel, equipamentos industriais, instalações elétricas, hidráulicas, de gás, ferramentas, veículos, móveis e utensílios, computadores e periféricos, e demais bens que estão instalados e em funcionamento, bem como equipamentos sobressalentes pertencentes ao imóvel com a empresa Campo Limpo S.A. Tal contrato possui prazo de dez anos com renovação automática por igual período, caso não seja denunciado por qualquer das partes.

Os ativos arrendados à Campo Limpo S.A. estão demonstrados como segue:

2012

DESCRIÇÃO	CUSTO	DEPRECIACÃO ACUMULADA	VALOR RESIDUAL
Edificações e benfeitorias	16.792	(2.007)	14.785
Equipamentos e instalações	27.922	(3.519)	24.402
Veículos	378	(201)	177
Móveis e utensílios	460	(129)	331
Outros	23	(19)	4
Imobilizado em andamento	6.266		6.266
	51.841	(5.875)	45.965

2011

DESCRIÇÃO	CUSTO	DEPRECIACÃO ACUMULADA	VALOR RESIDUAL
Edificações e benfeitorias	16.384	(1.346)	15.038
Equipamentos e instalações	22.511	(1.243)	21.268
Veículos	368	(71)	297
Móveis e utensílios	411	(91)	320
Outros	29	(19)	10
Imobilizado em andamento	1.833		1.833
	41.536	(2.770)	38.766

11 Intangível

	SOFTWARES ADQUIRIDOS	LICENÇA DE USO	TOTAL
Saldos em 31 de dezembro de 2010	244	119	363
Aquisição	127	12	139
Baixa	(5)		(5)
Amortização	(109)	(56)	(165)
Saldos em 31 de dezembro de 2011	257	75	332
Custo total	861	370	1.231
Amortização acumulada	(627)	(312)	(939)
Valor residual	234	58	292
Saldos em 31 de dezembro de 2011	257	75	332
Aquisição	81	22	103
Baixa	(6)		(6)
Amortização	(98)	(39)	(137)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	234	58	292

Os ativos intangíveis relacionados à Campo Limpo S.A. estão demonstrados como segue:

2012

DESCRIÇÃO	CUSTO	AMORTIZAÇÃO ACUMULADA	VALOR RESIDUAL
Hardware e software	203	(118)	85
Licença de uso	103	(81)	22
	306	(199)	107

2011

DESCRIÇÃO	CUSTO	AMORTIZAÇÃO ACUMULADA	VALOR RESIDUAL
Hardware e software	234	(155)	79
Licença de uso	89	(70)	19
	323	(225)	98

12 Contingências

A provisão para contingências está apresentada conforme segue:

	2012	2011
Tributária - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) (i)	6.306	5.258
Trabalhistas (ii)	113	
	6.419	5.258
Menos passivo circulante	(113)	
No passivo não circulante	6.306	5.258

(i) Desde 2004, o Instituto tem gerado receitas de taxa de credenciamento conforme acordos firmados com as recicladoras. O Instituto e seus advogados tributaristas, diferentemente da Receita Federal do Brasil (RFB), entendem que essas receitas não são passíveis de tributação do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS). Dessa forma, em 2 de julho de 2004, o Instituto formulou uma consulta à Superintendência Regional da Receita Federal da 8ª Região Fiscal, em São Paulo, a fim de esclarecer a omissão legislativa acerca da tributação do PIS e da COFINS sobre outras receitas (receitas de taxa de credenciamento de recicladores) nas entidades sem fins lucrativos, isentas do imposto de renda.

Em 9 de junho de 2008, o Instituto obteve resposta positiva com relação à consulta referente ao PIS, sendo confirmado o pagamento apenas sobre os saldos de folha de pagamento, o que, regularmente, tem sido realizado desde o início de suas operações, em março de 2002.

Entretanto, com relação à COFINS, a resposta da Superintendência Regional da Receita Federal foi negativa, confirmando a tributação sobre tal receita. O Instituto, apoiado por seus advogados tributaristas, manteve o posicionamento contrário a decisão da RFB e, em fevereiro de 2009, impetrou mandado de segurança para assegurar o seu direito de não recolher a COFINS sobre a taxa de credenciamento de recicladores. Em 13 de maio de 2009, foi indeferido o pedido de liminar solicitado pelo Instituto relativamente ao mandado de segurança.

Preventivamente e, com o objetivo de salvaguardar o valor original da obrigação fiscal, o Instituto efetuou depósito judicial da totalidade do valor provisionado

acrescido de multas e juros, referente ao período de 2004 a dezembro de 2012, que totalizou R\$ 6.306 (2011 - R\$ 5.258). O correspondente depósito judicial está sendo apresentado no ativo realizável a longo prazo.

Além dos aspectos da COFINS anteriormente referidos, com base na opinião dos advogados externos do Instituto, e por referirem-se à transmissão de informação e conhecimento técnico relativo ao tratamento de embalagens vazias até o seu destino final, as receitas não estão sendo objeto de tributação de qualquer outro tributo.

(ii) Em 2012 foram constituídas provisões trabalhistas de dois ex-funcionários que, segundo os advogados do Instituto, as ações por eles movidas deixaram de ser avaliadas como sendo de possível perda em 2011 para provável perda em 2012.

Perdas possíveis, não provisionadas no balanço

O Instituto tem ações de naturezas trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

	2012	2011
Trabalhistas	30	279

13 Adiantamentos de associadas

Considerando que as contribuições das empresas associadas são para custear todas as despesas com o processo de recebimento, transporte, destinação final, dentre outros, das embalagens vazias, as contribuições das associadas que ultrapassam o montante dos custos e despesas incorridos, são contabilizados na rubrica de adiantamento de associadas.

Os valores recebidos que superam as despesas incorridas nos exercícios de 2012 e de 2011 estão compostos conforme a seguir:

	2012	2011
Saldo de contribuições de associadas recebidas a maior (2011, 2012 e 2013) (*)	7.109	2.115
Verbas empenhadas no exercício de 2012 com desembolso em 2013 (Nota 21)	4.151	
Adiantamento de associadas de sementes	528	
Adiantamento de associadas de saneantes	4	410
Outros		2
	11.792	2.527

(*) O saldo de contribuições das associadas está substancialmente representado por contribuições recebidas de associadas em montante superior às despesas incorridas daquele exercício resultando em um saldo de em 31 de dezembro de 2012 no valor de R\$ 7.109 (2011 - R\$ 2.115). Conforme Nota 14(i), em 2012, foi aprovado pelas associadas a redução das contribuições no valor de R\$ 8.500 mediante utilização de recursos disponíveis em caixa.

14 Patrimônio líquido

Conforme artigo do estatuto social do Instituto, o patrimônio social, receitas, recursos e eventual superávit operacional serão aplicados integralmente no país, na manutenção e no desenvolvimento dos objetivos institucionais, sendo vedada qualquer forma de distribuição de resultados, dividendos, participações ou de diluição de parcela de seu patrimônio, sob qualquer forma ou pretexto.

Superávit do exercício

No pressuposto do modelo de negócio do Instituto, o superávit do exercício, no valor de R\$ 5.878 (2011 – R\$ 12.290), é composto da seguinte forma:

	2012	2011
Acréscimos por		
Taxa de credenciamento de recicladores	9.059	7.923
Ingressos para custeio de UREs	21.231	18.825
Contribuições extraordinárias	3.458	1.160
Arrendamento mercantil operacional	4.982	3.203
Receita financeira líquida	1.391	1.534
Decréscimos por		
Abatimento das contribuições (i)	(8.500)	
Despesa com manutenção de centrais e postos suportadas pela taxa tecnológica sobre remessa de embalagens	(21.231)	(18.825)
Depreciação e amortização	(4.267)	(1.799)
Outros	(245)	717
	5.878	12.290

(i) O projeto original de autossustentabilidade do inpEV previa, em determinado momento futuro, o início da redução das contribuições das associadas em decorrência das gerações de receitas conforme definido em seu modelo de negócios (Nota 1.1). Conforme previsto na 108ª ata de reunião do conselho diretor do inpEV, datada de 16 de julho de 2012, foi aprovada a diminuição dos aportes de 2012 no valor de R\$ 8.500, distribuídos distintamente entre as associadas do Instituto. Portanto, as receitas de contribuição das associadas no valor de R\$ 56.478 foram reduzidas pelo abatimento de R\$ 8.500.

15 Receita líquida das atividades

	2012	2011
Contribuições das associadas - agroquímicos	56.478	52.896
Taxa de credenciamento de recicladores (Nota 16)	9.059	7.924
Ingressos para custeio de UREs (Nota 17)	21.231	18.825
Contribuições extraordinárias (repasso dos dividendos dos associados-acionistas da Campo Limpo S.A. (Nota 18))	3.458	1.160
Arrendamento mercantil operacional (Nota 19)	4.982	3.203
Contribuições das associadas - sementes e saneantes	744	45
Trabalhos voluntários (conselhos diretor e fiscal) (Nota 2.2)	379	352
Outros	239	
	96.570	84.405
Deduções das receitas		
Desconto na contribuição de associados 2012 (Nota 14(i))	(8.500)	
COFINS sobre arrendamento	(379)	(262)
Receita líquida das atividades	87.691	84.143

16 Taxa de credenciamento de recicladores

Em 2004, o Instituto firmou convênios com as empresas recicladoras referentes a serviços de cooperação técnica e operacional na área de reciclagem de resíduos plásticos taxa de credenciamento de recicladoras. Esses serviços consistem em desenvolvimento, treinamentos e estudos de melhorias das etapas do processo de reciclagem.

Como resultado desses convênios, o Instituto registrou uma receita em 2012 no montante de R\$ 9.059 (2011 - R\$ 7.924).

17 Ingressos para custeio de UREs

A partir de 1o de dezembro de 2009, com o advento do novo modelo de remessa de embalagens, passa a existir uma nova forma de receita gerada pelo reciclador, denominada ingressos para custeio de UREs. Conforme descrito na Nota 1.1, as receitas auferidas com os ingressos para custeio de UREs são utilizadas para subsidiar os custos incorridos pelas unidades de recebimento de embalagens vazias.

Em 2012, as receitas auferidas com ingressos de custeio de UREs totalizaram R\$ 21.231 (2011 - R\$ 18.825)

18 Contribuições extraordinárias (repasso dos dividendos dos associados/acionistas da Campo Limpo S.A.)

Conforme prevê o acordo de acionistas da Campo Limpo S.A., os montantes recebidos a título de dividendos recebidos desses acionistas, os quais são na sua totalidade associadas do Instituto, devem ser investidos no aperfeiçoamento constante do sistema de operação, logística e gestão da destinação final de embalagens vazias de produtos fitossanitários, incluindo, atividades de apoio e orientação aos participantes do referido sistema.

Conforme ata da Assembleia Geral Ordinária de 24 de abril de 2012, foram aprovados pelos acionistas as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2011 da empresa Campo Limpo S.A., como também, os dividendos a serem distribuídos e a destinação da totalidade destes para o plano de expansão e diversificação de negócios da unidade recicladora sob a responsabilidade do Instituto.

Sendo uma receita do negócio recicladora, a administração do Instituto reconheceu como contribuição extraordinária a totalidade dos dividendos recebidos da empresa Campo Limpo S.A. como receita do exercício de 2012 no valor de R\$ 3.458 (2011 - R\$ 1.160).

19 Arrendamento mercantil operacional

Refere-se ao contrato de locação do imóvel e equipamentos industriais, instalações elétricas, hidráulicas, de gás, ferramentas, veículos, móveis e utensílios, computadores e periféricos, e demais bens que estão instalados e em funcionamento para a companhia Campo Limpo - Reciclagem e Transformação de Plásticos S.A. O valor do aluguel corresponde a 10% do faturamento líquido mensal apurado pela locatária, sendo o valor mínimo de R\$ 50 mensais.

O contrato de arrendamento mercantil operacional contempla, também, uma cesta de serviços que o Instituto presta a Campo Limpos S.A. relacionados, principalmente, com tecnologia da informação, acompanhamento tributário e comunicação.

Os pagamentos mínimos futuros de arrendamentos mercantis operacionais não canceláveis de aluguel da fábrica Campo Limpo S.A., construída em Taubaté, no total e para cada um dos seguintes períodos, são apresentados a seguir:

	2012	2011
Até um ano	5.354	4.735
Mais de um ano até cinco anos	24.093	23.675
Mais de cinco anos		2.367
	29.447	30.777

Os pagamentos mínimos futuros para período superior a cinco anos contempla recebimento de arrendamento considerando dez anos, período de vigência do contrato, e sua renovação por mais dez anos, após concordância de ambas as partes, em um total de 20 anos.

20 Despesas gerais e administrativas

A administração das despesas administrativas e gerais do Instituto é efetuada por meio de três segmentos, conforme apresentados a seguir:

	2012	2011
Despesas com infraestrutura	19.787	15.955
Processo de suporte	7.106	5.923
Processo básico (Nota 2.2(ii))	54.807	51.009
	81.700	72.887

Nas datas das demonstrações financeiras, o Instituto apresentava os seguintes saldos relacionados a despesas administrativas e gerais:

	2012	2011
Despesas com infraestrutura		
Ocupação	358	380
Gastos com pessoal acrescido dos encargos sociais	10.640	9.557
Trabalhos voluntários (conselhos diretor e fiscal) (Nota 2.2)	379	352
Gastos gerais (i)	5.947	3.556
Serviços de terceiros (ii)	1.044	946
Tecnologia da informação	903	708
Institucional	516	456
	19.787	15.955
Processo de suporte		
Jurídico (iii)	618	730
Comunicação, educação e campanhas (iv)	3.867	3.817
Desenvolvimento tecnológico	179	262
Projetos (v)	2.442	1.114
	7.106	5.923
Processo básico		
Operações (vi)	31.045	28.122
Logística (vii)	16.822	16.018
Destinação final (viii)	6.940	6.869
	54.807	51.009

(i) Refere-se principalmente a despesas de depreciação e amortização, no valor de R\$ 4.267 (2011 - R\$ 1.799).

(ii) Refere-se principalmente a despesas com as seguintes assessorias:
 . Tributárias e fiscais - R\$ 290 (2011 - R\$ 234).
 . Recursos humanos - R\$ 174 (2011 - R\$ 129).
 . Auditoria interna e externa - R\$ 352 (2011 - R\$ 309).
 . Administrativa - R\$ 88 (2011 - R\$ 74).

(iii) Refere-se principalmente a suporte de assessores jurídicos externos no acompanhamento de processos em andamento - R\$ 618 (2011 - R\$ 730).

(iv) Refere-se a gastos com eventos para comunicação, divulgação e treinamentos. O saldo está composto principalmente por:

. Gastos com campanha - R\$ 678 (2011 - R\$ 735).
 . Dia Nacional Campo Limpo - R\$ 1.230 (2011 - R\$ 1.150).
 . Material de comunicação/institucional - R\$ 562 (2011 - R\$ 513).
 . Campanha regional tríplice lavagem - R\$ 59 (2011 - R\$ 151).
 . Serviços de terceiros/comunicação - R\$ 523 (2011 - R\$ 343).
 . Eventos institucionais - R\$ 330 (2011 - R\$ 453).

(v) Trata-se de uma atividade do Instituto direcionada a gerir projetos pré-aprovados pelo Conselho Diretor, principalmente, o da retirada de produtos obsoletos e impróprios R\$ 1.192 (2011 - R\$ 788), destinação de produtos ilegais convênio Sindag R\$ 300 (2011 - 0) e projeto saneantes R\$ 407 (2011 - R\$ 31) constantes no orçamento anual.

Em 2011 foi iniciado o projeto piloto de saneantes e semente R\$ 46, financiado pelas associadas ABAS e APPS (Nota 1.4).

(vi) Refere-se principalmente custos incorridos pelas unidades de recebimento de embalagens vazias e reembolsados pelo Instituto para a ampliação, reformas e manutenção de centrais e postos, no valor de R\$ 28.373 (2011 - R\$ 26.573) e construção de centrais e postos, no valor de R\$ 2.031 (2011 - R\$ 652).

(vii) Refere-se substancialmente a despesas incorridas com fretes para transporte de embalagens vazias, lavadas para reciclagem, no valor de R\$ 13.388 (2011 - R\$ 12.957) e não lavadas para incineração no valor de R\$ 730 (2011 - R\$ 931).

(viii) Refere-se a despesas com incineração de embalagens não lavadas. O Instituto trabalha com cinco empresas que efetuam o processo de incineração. Os gastos incorridos com incineração estão distribuídos conforme segue:

	2012	2011
Incinerar Serviços Coleta e Destinação de Resíduos S/C Ltda.	5.292	4.695
Cetrel Lumina Tecnologia e Engenharia Ltda.		243
Basf S.A.	771	205
Essencis Soluções Ambientais S.A.	789	1.726
Outros	88	
	6.940	6.869

21 Remuneração dos administradores

O corpo diretivo do Instituto inclui, além do presidente, cinco gerentes executivos. A remuneração paga ou a pagar por serviços destes funcionários está demonstrada a seguir:

	2012	2011
Salários, férias e 13º salário	2.004	1.866
Encargos	921	822
Outras remunerações	1.285	978
	4.210	3.666

Outras remunerações engloba bônus anual, previdência privada, assistência médica e seguro de vida em grupo.

22 Compromissos firmados

Durante o exercício de 2012, o Instituto firmou contratos com terceiros para manutenção e implementação de melhorias em suas unidades de gestão de negócio que, embora aprovadas no orçamento de 2012, serão executadas no exercício de 2013. Em 31 de dezembro de 2012, os compromissos firmados com terceiros estão distribuídos conforme segue:

	2012
Processo com infraestrutura	242
Processo de suporte	320
Processo básico (i)	3.195
	4.151

(i) Representados por construção, melhorias e ampliação de postos e centrais, processos de logística e aquisição de 28 prensas, nos valores de R\$ 2.078, de R\$ 403 e de R\$ 714, respectivamente.

23 Seguros

O Instituto busca no mercado apoio de consultores de seguros para estabelecer coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. As coberturas, em 31 de dezembro de 2012, foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, consoante apólices de seguros:

RAMOS	IMPORTÂNCIAS SEGURADAS
Incêndio de bens do imobilizado	54.835
Responsabilidade civil	200

24 Outro assunto

Redução da contribuição de 2013 das associadas

Conforme previsto na 110ª ata de reunião do conselho diretor do inpEV, datada de 18 de setembro de 2012, está previsto para o exercício de 2013, redução das contribuições das associadas no valor total de R\$ 13.500, a serem distribuídos distintamente entre as associadas do Instituto sendo que as associadas-acionistas da Campo Limpo S.A. terão sua contribuição reduzida, primeiramente, pelo valor dos dividendos a serem recebidos da Campo Limpo S.A. em abril de 2013.

João Cesar Meneghel Rando

Diretor Presidente - inpEV

Regina Marta S. Sousa

Contadora inpEV CRC 1SP177254/O-6



Declaração Exame do Nível de Aplicação pela GRI

A GRI neste ato declara que **inpEV - Inst Nac Proce EmbalagensVazias** apresentou seu relatório “inpEV- Relatório de Sustentabilidade 2012” para o setor de Serviços de Relatório da GRI, que concluiu que o relatório atende aos requisitos de Nível de Aplicação B.

Os Níveis de Aplicação da GRI comunicam quanto do conteúdo das Diretrizes G3.1 foi aplicado no relatório de sustentabilidade enviado. O Exame confirma que o conjunto e número de itens de divulgação exigidos para aquele Nível de Aplicação foram cobertos pelo relatório e que o Sumário de Conteúdo da GRI é uma representação válida das informações exigidas, conforme descritas nas Diretrizes G3.1 da GRI. Para a metodologia, ver www.globalreporting.org/SiteCollectionDocuments/ALC-Methodology.pdf

Os Níveis de Aplicação não fornecem um parecer sobre o desempenho de sustentabilidade da organização relatora nem sobre a qualidade das informações contidas no relatório.

Amsterdã, 07 de maio de 2013

Nelmara Arbex
Vice-Presidente
Global Reporting Initiative



A Global Reporting Initiative (GRI) é uma organização baseada em redes pioneira no desenvolvimento da estrutura para elaboração de relatórios de sustentabilidade mais usada no mundo e está comprometida com sua melhoria contínua e aplicação em todo o mundo. As Diretrizes G3 da GRI estabeleceram os princípios e indicadores que as organizações podem usar para medir e relatar seu desempenho econômico, ambiental e social. www.globalreporting.org

Isenção de Responsabilidade: No caso do relato de sustentabilidade incluir links externos para materiais audiovisuais, entre outros, esta declaração irá referir-se apenas ao material submetido à GRI no momento do Exame em 25 de abril de 2013. A GRI exclui expressamente a aplicação desta declaração a alterações posteriores aos referidos materiais.

Informações corporativas

Equipe responsável

Presidência e Sustentabilidade (inpEV)

inpEV

Rua Capitão Antônio Rosa, 376, 7º andar

CEP 01443-010 – São Paulo-SP

Tel.: (55 11) 3059-4400

Consultoria GRI, texto e edição

Report Sustentabilidade

Revisão

Assertiva Produções Editoriais

Projeto gráfico e diagramação

Report Sustentabilidade

Fotografia

Deco Cury e Banco de Imagens inpEV

Impressão e acabamento

Stilgraf

Papel

Miolo: Evenglow Opalina Diamond, 120 g/m²

Capa: Duodesign, 350 g/m²

Tiragem

1.500 exemplares

Data

27 de maio de 2013

Família tipográfica

Swiss 721, criada por Max Miedinger em 1982.

Contatos para encaminhar dúvidas, sugestões ou críticas sobre o relatório <3.4>

Website – <www.inpev.org.br>

Fale conosco (canal disponível na *home page* do site)

